

Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano VI - n.º 61 - outubro 2015

ISSN 2238-3476

Jornada INCERTA

GRESSO

Conflitos em países da África e do Oriente Médio têm levado milhares de pessoas a buscar refúgio também no Brasil.

Ações envolvendo imigrantes são analisadas pela Justiça Federal



ESTRUTURA

Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso/MG recebe novas instalações



ESPECIAL

Estátua de santo padroeiro deve ser mantida na nascente do rio São Francisco

Outubro Rosa

Mês da Conscientização sobre o Câncer de Mama.



Nós abraçamos essa causa



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

ASCOM

Assessoria de Comunicação Social

Ao leitor

A imagem impactante de um menino morto em uma praia da Turquia se tornou símbolo de uma das maiores crises migratórias da história recente, motivada, em grande parte, pelos conflitos armados na África e no Oriente Médio. Por trás da fuga em massa das zonas de guerra, há histórias de coragem e superação de mulheres, homens e crianças que buscam em outro – e quase sempre desconhecido – país um lugar de paz para viver.

Primeira Região em Revista se envolveu nessa saga dramática que tem pautado os noticiários mundo afora para mostrar como a Justiça Federal assume seu papel de protagonista na apreciação de inúmeros casos envolvendo a entrada e a permanência de estrangeiros no Brasil, que se tornou opção de destino para um número crescente de refugiados egressos de países como Síria, Iraque, Líbano, Angola, Congo, Haiti e Colômbia. O repórter Ricardo Cassiano deu rosto e voz a imigrantes que encontraram em nossas terras um lugar para recomeçar a vida, criar a família e reencontrar a dignidade. Enquanto nações cerram os punhos e fecham fronteiras temendo o caos social, entidades ligadas aos direitos humanos, voluntários, autoridades e até o Poder Judiciário brasileiro – quando autorizado pela lei – adotam um discurso mais acolhedor, do ponto de vista humanitário, em prol de quem perdeu quase tudo antes de se “aventurar” em um novo país.

Nesta edição, você também vai conferir a entrevista com o secretário de Estratégia e Governança do Conselho da Justiça Federal, Ivan Bonifácio, a respeito do Observatório da Justiça Federal, uma importante ferramenta desenvolvida pelo CJF para gestão da estratégia da Justiça Federal, que também possibilita à sociedade acompanhar os trabalhos do Judiciário Federal.

Outros assuntos que marcaram o mês de outubro no TRF e nas seccionais da Primeira Região, entre eles as comemorações do Dia do Servidor Público em toda a Região, também podem ser conferidos nesta publicação.

Boa leitura!

Ivani Morais/RC
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

CÂNDIDO RIBEIRO - Presidente
NEUZA ALVES - Vice-Presidente
CARLOS MOREIRA ALVES - Corregedor Regional da 1.ª Região

DESEMBARGADORES FEDERAIS

JIRAIR ARAM MEGUERIAN
OLINDO MENEZES
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
HILTON QUEIROZ
ITALO MENDES
JOSÉ AMILCAR MACHADO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
MARIA DO CARMO CARDOSO
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES
NOVÉLY VILANOVA
NEY BELLO
CANDIDO MORAES
MARCOS AUGUSTO DE SOUSA
JOÃO LUIZ DE SOUZA
GILDA SIGMARINGA SEIXAS
JAMIL DE JESUS OLIVEIRA
HERCULES FAJOS

Diretor-Geral da Secretaria
Carlos Frederico Maia Bezerra

Secretário-Geral da Presidência
Deyr Gomes Júnior

Conselho Editorial:

Secretário-geral – Deyr Gomes Júnior
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Diretora do Núcleo de Redação e Imprensa – Claudia Bernal - (Reg. Prof. DF 8222198)
Repórter Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686)

Editora-Chefe
Ivani Moraes

Editora-Executiva
Thainá Salviato

Redatores
Claudia Bernal (Reg. Prof. DF 8222198), Euvaldo Pinho, Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747), Jair Cardoso (Reg. Prof. DF 7577), Leonardo Costa (Reg. Prof. DF 10610), Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026) e Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686)

Estagiárias
Abgail Melo, Amanda Martins e Eunice Calazans

Colaboração
Supervisoras das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região

Revisão
Lúcia de Souza

Editoração
Jordânia J. Alves

Fotos
Carlos Rodrigues, Euvaldo Pinho, Proforme, Ramon Pereira e Secos da 1.ª Região

Chapas CTP
Studio produções gráficas

Impressão
Gráfica do TRF da 1.ª Região

Tiragem
1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

Assessoria de Comunicação Social – Ascom
Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70070-900
Fones: (61) 3314.5367/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom.trf1@trf1.jus.br



CLAUDIO DUARTE

12 Capa

Conflitos e desastres naturais levam milhares de pessoas a fugirem de seus países e o Brasil está na rota de fuga de muitos desses refugiados

Acesse www.trf1.jus.br

Serviços

- Endereços e Telefones
- Peticionamento Eletrônico
- Citação e Intimação
- Cálculo de Custas e Despesas Processuais
- Certidão Online
- RPV e Precatórios
- Diário da Justiça
- Plantão Judicial
- Ouvidoria

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)-
- Brasília : TRF-1ª Região, 2010- .
v.

Mensal
Publicada também *on line*
Continuação de: Revista Destaque
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

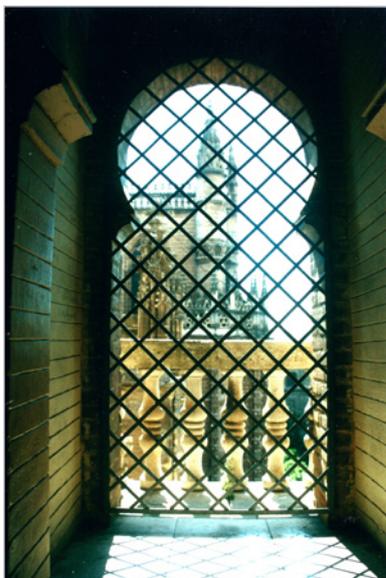
Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca



ASCOM

42 Painel

Sala de perícias dedicada a demandas de todo o País por medicamentos para doenças raras é inaugurada na SJDF



EUVALDO PINHO

50 Por aí

Nesta edição, Euvaldo Pinho revela a espanhola Sevilha



MINISTERIO DA SAUDE

54 Saúde

Dia Nacional do Idoso reforça os cuidados necessários para quem está na melhor idade

6 Entrevista

Secretário de Estratégia e Governança do CJF, Ivan Bonifácio fala sobre nova ferramenta para gestão estratégica da Justiça Federal

48 Artigo

Marília Mello, supervisora de atendimento ao usuário da biblioteca do Tribunal, fala sobre a importância do bibliotecário jurídico

57 Panorama Primeira Região

Os julgamentos que ganharam destaque no Tribunal e nas seções judiciárias



RAMON PEREIRA

Ivan Bonifácio é secretário de Estratégia e Governança do Conselho da Justiça Federal (CJF) e fala à Primeira Região em Revista sobre o Observatório da Estratégia, a nova ferramenta do Conselho para acompanhar a estratégia corporativa da Justiça Federal e subsidiar a tomada de decisão dos gestores.

▼ POR THAINÁ SALVIATO

Em maio de 2015, o Conselho da Justiça Federal (CJF) lançou o Observatório da Estratégia da Justiça Federal, um ambiente virtual que tem por objetivo acompanhar, monitorar, motivar e disseminar as ações do Planejamento Estratégico da Justiça Federal previsto para os anos de 2015 a 2020.

Ivan Bonifácio explica que a ferramenta visa à melhoria da prestação jurisdicional e à aproximação com o jurisdicionado. “O Observatório oferece uma alternativa para que a sociedade saiba como a JF está aplicando seus recursos financeiros, humanos e tecnológicos, por meio de sua estratégia, projetos e metas, chegando ao ponto de disponibilizar os dados em formato aberto para que qualquer pessoa interessada possa também estudar e analisar a atuação da Justiça Federal”.

O projeto foi desenvolvido por um servidor e uma estagiária do CJF e não resultou em nenhum custo adicional para a Administração. A intenção é atender tanto ao público interno (magistrados e servidores) como ao público externo, pois o ambiente é amigável e de fácil navegação. “A contribuição que o Observatório traz para a prestação jurisdicional vem, principalmente, da facilidade e da simplicidade com que se pode enxergar o resultado do desempenho dos órgãos que integram a Justiça Federal, o que permite a administradores a tomada de decisão rápida na direção dos resultados desejados”.

Saiba mais sobre o Observatório na entrevista!

O Conselho da Justiça Federal (CJF) lançou este ano o Observatório da Estratégia da Justiça Federal (www.cjf.jus.br/observatorio) como parte do rol de projetos nacionais do Planejamento Estratégico. Quais objetivos o Conselho pretende atingir com essa nova ferramenta?

Quando idealizamos o Observatório, nosso principal objetivo era construir um repositório oficial de dados da Justiça Federal que permitisse acompanhar a estratégia corporativa e favorecer estudos prospectivos para subsidiar a tomada de decisão gerencial. Com isso, pretendíamos oferecer aos gestores uma forma simples e visual para o monitoramento de projetos e metas, ou seja, um mecanismo para a verificação do nível de implementação das prioridades da Justiça Federal. O Observatório também foi imaginado para ser uma poderosa ferramenta de transparência e de prestação de contas ao cidadão.

Hoje tramitam na Justiça Federal cerca de 8,5 milhões de processos, com um orçamento de aproximadamente R\$ 9 bilhões, onde cerca de 50 mil pessoas estão produzindo informações diariamente. Gerenciar adequadamente toda essa gama de informações é condição essencial para o nosso sucesso, e é esse o desafio que queremos alcançar com o Observatório.

Qual é o público-alvo dessa iniciativa, quais informações estão disponíveis no Observatório e quais funcionalidades e serviços ele oferece aos usuários?

Os públicos-alvo da iniciativa são interno e externo. Interno são os operadores do sistema de Justiça (magistrados e servidores), aqueles que empreendem esforços na direção de uma Justiça Federal efetiva e transparente. Assim, o Observatório nos ajuda a melhor organizar nossas informações críticas para favorecer a melhoria da prestação jurisdicional. Quanto ao público externo, o Observatório oferece uma alternativa para que a sociedade saiba como a JF está aplicando seus recursos financeiros, humanos e tecnológicos, por meio de sua estratégia, projetos e metas, chegando ao ponto de disponibilizar os dados em formato aberto para que qualquer pessoa interessada (professores, pesquisadores, estatísticos, analistas de informação ou qualquer cidadão) possa também estudar e analisar a atuação da Justiça Federal. Isso é o que chamamos transparência ativa; não há nada mais avançado do que isso atualmente em termos de transparência governamental.

Em termos de funcionalidades, o Observatório oferece três grandes grupos de informações: Quem somos (distri-

buição de juízes e servidores, orçamento executado, casos novos e casos solucionados); O que estamos fazendo para melhorar nosso desempenho (situação dos projetos, principais ações realizadas – linha do tempo; notícias) e quais são os resultados alcançados (situação das metas estratégicas). Essas informações oferecem um panorama bem claro do que está acontecendo na Justiça Federal hoje.

A ideia é que a ferramenta funcione também como um mecanismo de prestação de contas à população. De que forma dar-se-á essa interação?

A partir do Observatório, e com poucos *clicks*, qualquer pessoa pode saber: qual é o acervo de processos que aguardam decisão; quais os gastos realizados com pessoal, com material de consumo, com investimentos; qual a produtividade média de um juiz e de um servidor; qual é a força de trabalho disponível; onde estão localizadas as varas, etc. Importante ressaltar nesse ponto que toda a iniciativa foi construída internamente, por servidores do CJF, na verdade, por um servidor e uma estagiária, sem nenhum custo adicional para a Administração. Ressalto esse ponto, pois já é um trabalho de muitas interações, porém com muito ainda a ser feito. A velocidade com que as pessoas, nos dias de hoje, precisam absorver informações atualizadas nos impõe uma postura de permanente aperfeiçoamento, ou seja, não há mais sistemas de informação acabados, todos estão em contínuo desenvolvimento. Em um futuro breve, esperamos que o Observatório possa permitir mais interação com a sociedade por meio de convênios com entidades que busquem exercer o controle social do Estado, fazendo com que essas informações sejam disponibilizadas e consumidas instantaneamente, além de permitir análises que gerem melhorias ao sistema de Justiça.

O Observatório é uma ação voltada para a governança estratégica da Justiça Federal, que tem como prioridade o aumento da produtividade de magistrados e de servidores. Como o Conselho pretende trabalhar para atingir essa meta, e qual será o papel do Observatório para alcançar esse resultado?

Entendemos governança como a capacidade de transformar políticas públicas em resultados. No caso da Justiça, penso que aplicar boa governança significa realizar uma prestação jurisdicional célere, transparente, econômica e acessível. Portanto, a governança para nós está mais rela-

Gerenciar adequadamente a vasta gama de informações é condição essencial para o nosso sucesso, e é esse o desafio que queremos alcançar com o Observatório



cionada com a obtenção de resultados para a sociedade do que apenas com o controle da burocracia por si só. Assim, o Observatório pretende auxiliar em ações e no cumprimento das metas relacionadas ao aumento da produtividade, as quais já são amplamente discutidas e utilizadas ao longo dos últimos anos. O Observatório contribui porque disponibiliza essa informação de uma maneira mais intuitiva e de fácil acesso. Futuramente, a equipe responsável pelo Observatório pretende, com auxílio de parceiros, aprofundar estudos quantitativos e qualitativos com a disponibilização dessas informações à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de novas soluções que utilizem tecnologias voltadas para análise de dados.

O novo espaço virtual dedicado à estratégia da Justiça Federal é baseado no Planejamento Estratégico para o período 2015/2020, e lá já é possível consultar um balanço parcial das metas nacionais no ano de 2015. Como é feito esse acompanhamento nos tribunais para manter o Observatório atualizado?

O CJF conta com a colaboração dos TRFs para manter atualizado o Observatório. Todos os Regionais enviam ao Conselho as informações atualizadas sobre as metas e sobre a situação dos projetos até o 10º dia útil de cada mês. Sobre

essas informações são realizadas publicações mensais e análises consolidadas trimestrais, após contato realizado com as áreas de Planejamento e Estatística dos Tribunais.

A Estratégia do CJF para o período 2015/2020 prevê, entre outros objetivos, o aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação (TI). O lançamento do Observatório tem relação com esse objetivo? Quais outras ações voltadas a essa área o Conselho pretende implementar na Justiça Federal?

Sim, o Observatório faz parte do projeto estratégico nacional de implementação dos Sistemas Eletrônicos de Gestão Integrados (Segi). Esse projeto tem em seu escopo a previsão de cinco entregas, quais sejam: levantamento de necessidades de informação; definições operacionais; criação de repositório; regulamentação e desenvolvimento de ambiente de publicação (etapa já concluída que diz respeito exatamente à concepção do Observatório). Todas essas fases ocorrem em paralelo com a finalidade de dar agilidade ao projeto. O projeto Segi pode ser acompanhado também pelo próprio Observatório, assim como todo o *portfolio* de Projetos Estratégicos Nacionais da Justiça Federal. Além dessa iniciativa, está previsto no planejamento o desenvolvimento de contratações conjuntas na área de TI.

Ainda quanto à Gestão de TI, a estratégia do CJF também prevê a criação de um sistema para avaliar a satisfação do usuário quanto a equipamentos, atendimento e disponibilidade de serviços. Esse sistema já está em desenvolvimento? Como ele funcionará?

No início de 2014, aplicamos uma pesquisa de satisfação do usuário em que mais de sete mil advogados e partes puderam opinar sobre o desempenho de nossos serviços. O resultado mostrou que, em média, cerca de 60% dos usuários consideraram ótimos ou bons os serviços prestados pela Justiça Federal. O melhor desempenho, que superou 70% de satisfação, foi relativo à infraestrutura da Justiça. Estamos preparando uma nova pesquisa para o ano que vem. Em 2016, também faremos uma avaliação da satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI nas dimensões atendimento e sistemas. A meta é alcançar, ao menos, 70% de satisfação dos nossos usuários.

A Gestão Pública se volta, cada dia mais, para técnicas de gestão estratégica e participativa. De que forma iniciativas como a criação do Observatório podem contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional e para a transparência diante da comunidade?

A contribuição que o Observatório traz para a prestação jurisdicional vem, principalmente, da facilidade e da

simplicidade com que se pode enxergar o resultado do desempenho dos órgãos que integram a Justiça Federal, o que permite a administradores a tomada de decisão rápida na direção dos resultados desejados. Há um importante cientista da Administração, o norte-americano William Edwards Deming, que se notabilizou pela frase “Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gerencia”. Essa frase, a meu ver, sintetiza a importância do Observatório para a melhoria da prestação jurisdicional, pois só será possível garantir serviços de excelência se soubermos o que somos (nossas potencialidades e fragilidades) para definirmos o que fazer.

É nossa convicção que estamos trazendo para o Poder Judiciário brasileiro a última fronteira em transparência atualmente existente em todo o mundo, que é trabalhar com dados abertos. Nesse momento, estamos trabalhando para levar ao nosso colegiado uma política de dados abertos para a Justiça Federal, que responderá com proatividade a mecanismos previstos na Lei de Acesso à Informação. Enfim, o Observatório representa a capacidade de iniciativa, de comprometimento e a busca pela inovação para que o cidadão brasileiro receba uma Justiça mais acessível, econômica, rápida e efetiva. ■

RAMON PEREIRA



“ O Observatório representa a capacidade de iniciativa, o comprometimento e a busca pela inovação para que o cidadão brasileiro receba uma justiça mais acessível, econômica, rápida e efetiva





O dito-cujo

Não se sabe se esta notícia é boa ou ruim, mas precisa ser dada: o cujo não morreu. Anda mesmo é um pouco escondido; e talvez por isso crie dúvida nos redatores na hora da redação. A edição deste mês é sobre essa palavra, cujas funções podem ser três: pronome, a que realmente interessa aqui, substantivo e adjetivo, que serão exemplificadas por último.

O vocábulo cujo veio do termo latino *cuius* (do qual, de quem), permanecendo apenas no português e no espanhol (*cuyo*).

E, desde sua origem, foi utilizado como indicador de posse, pois era o genitivo de *qui, quae, quod* (que, quem, o qual). Para que essa relação de posse se dê — voltando ao português —, é necessário que o **cujo** esteja ligado a um termo *antecedente* e a outro conseqüente. Quando isso ocorrer, é porque o **cujo**, além de bem empregado, se apresenta em trajes de **pronome relativo**.

- **Pronome relativo** se refere, em geral, a uma palavra (**substantivo, pronome, adjetivo, advérbio**) ou oração que o antecede, abrindo uma oração adjetiva, isto é, com valor de adjetivo.

Exemplo: “Os livros *que* Machado de Assis escreveu são obras-primas”. Nesse exemplo, há duas orações: “Os livros são obras-primas” e “*que* Machado de Assis escreveu”, sendo esta última a tal oração adjetiva, pois equivale a “escritos por Machado de Assis”.

A maneira mais simples e eficaz de se reconhecer o **pronome relativo cujo** é substituí-lo por seus pares “do qual, da qual, dos quais, das quais” e verificar se a frase vai manter o sentido. Mas atenção! Jamais se pode trocá-lo por “o qual, a qual, os quais, as quais”, visto que, devido à relação de posse, haverá a necessidade de um elemento que a indique, ou seja, a preposição “de”.

Um exemplo com o **cujo** intercalando a oração principal:

“*Dom Quixote de La Mancha*, em *cujas* metáforas a condição humana se traduz, é o grande livro da literatura universal”.

Tem-se, então, a oração principal, “*Dom Quixote de La Mancha* é o grande livro da literatura universal”, e a outra, intercalada, onde a noção de explicação se evidencia por só existir um romance com esse nome. Além disso, aqui se mostra outra questão, a da colocação do “em” antes de “cuja”.

Isso ocorre quando o verbo ou um nome da oração em que o **cujo** aparece pede uma preposição, devendo ela preceder o pronome relativo.

Outro ponto a salientar é que não se deve usar artigo depois do cujo (cujo o, cujos os, cuja a, cujas as), justo porque sua desinência, variante em gênero e número, já define seu conseqüente.

Quanto à concordância, quando existir mais de um conseqüente, a relação se dará incondicionalmente com o mais próximo: “As canções de Tom e Vinicius, *cujas* melodias e acordes nunca esquecerei, marcaram uma geração”.

Colocados os casos em que o **cujo, pronome relativo**, normalmente aparece, vale lembrar que a maior incidência de erros em sua utilização reside em sua troca — diga-se, indevida — pelo “que”: “*Macunaíma*, que a estética assustou a sociedade da época, foi um marco na literatura brasileira”. Certo seria: “*cuja* estética assustou a sociedade da época”, ligando “*Macunaíma*” a “estética”, referência que o pronome relativo “que” não estabelece, pois só se refere ao *antecedente*.

Para um breve comentário, resta o **cujo substantivo** e o **cujo adjetivo**.

- Será ele **substantivo** quando for sinônimo de “sujeito, indivíduo, fulano”, ou melhor, do tão utilizado “dito-cujo”, o qual dá título ao nosso artigo: “Este foi o **cujo** que me vendeu os quadros”. Esse uso, informal, carrega sempre um sentido pejorativo.

- Quanto ao **adjetivo**, que significa “dependente”, é coisa do português arcaico: “Sou *cujo* de quanto tendes”, verso lá de Camões. Nesses casos, o **cujo** nada tem a ver com o **pronome relativo**, valendo somente o registro.

O drama da fuga

NÚMERO DE REFUGIADOS NO BRASIL DUPLICA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS E DEMANDAS JUDICIAIS SÃO ANALISADAS PELA JUSTIÇA FEDERAL

▼ RICARDO CASSIANO

A sensação de apego se contrapõe diretamente às grandes conquistas humanas e pessoais. É uma vilã do progresso! Muitas vezes, é preciso abrir mão de algo valioso em prol de algo maior, de um objetivo há muito almejado. As correntes circunstanciais tendem a conter o homem e a paralisá-lo no conforto do comodismo. Quando se trata do maior bem do ser humano, no entanto, nada segura o obstinado desejo de mudança. Como num cenário romaneado, uma impressionante massa humana vem impactando o mundo ao protagonizar a dramática saga por um único objetivo: a liberdade. Os conflitos étnicos, políticos e religiosos, especialmente no Oriente Médio e na África, têm levado milhões de pessoas a deixar seus lares e seus países em busca de uma vida tranquila e feliz.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), somente nos últimos cinco anos, 15 conflitos surgiram ou se reiniciaram no mundo, obrigando 11,5 milhões de sírios, 4,1 milhões de iraquianos e 4 milhões de congoleses a migrarem de seus países. Paquistaneses, libaneses e ucranianos também estão entre os maiores afetados pelas crises migratórias. Em meio a tanto desespero, surge uma caminhada muitas vezes trágica e um destino incerto para famílias inteiras. E o Brasil, a exemplo de outros países do continente americano, passou a ser opção para um número crescente de imigrantes. A liberdade política, econômica e social do País, aliada a fatores climáticos e naturais, tem atraído milhares de refugiados. "O Brasil é um país formado por migrações. Então, a gente entende que essa relação com o estrangeiro é parte da nossa história, parte do sangue, está no DNA do brasileiro", diz Luiz Fernando Godinho, porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).



O controle sobre a entrada e a permanência dos estrangeiros no País está a cargo do Poder Executivo, por meio da Polícia Federal (PF) e do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), ligado ao Ministério da Justiça.

O órgão – composto também de membros dos Ministérios das Relações Exteriores, da Educação, do Trabalho e da Saúde, e de representantes da PF e de organizações da sociedade civil – analisa os pedidos de refúgio, com base na Lei 9.474/97, que regulamentou a aplicação do **Estatuto dos Refugiados de 1951**.

Pode ser considerado refugiado todo cidadão que se viu obrigado a deixar o país de origem por motivo de perseguição racial, religiosa, étnica, social ou política.

Segundo o Ministério da Justiça, a concessão do refúgio tem prazo variável, mas leva, em média, seis meses para ser concluída após o requerimento. Quando o pedido é aceito, apesar de não ser considerado cidadão brasileiro, o beneficiado passa a ter os mesmos direitos civis, podendo emitir documentos de identidade, carteira de motorista e carteira de trabalho, e ter acesso aos serviços públicos de saúde e de educação. Outros direitos, como o de votar, só são concedidos a cidadãos naturalizados. De acordo com o último levantamento do Acnur, o número de refugiados no Brasil dobrou nos últimos cinco anos, saltando de 4,3 mil em 2011 para 8,5 mil em setembro deste ano. Outros 12,6 mil pedidos de refúgio estão pendentes de julgamento. A Síria lidera a lista de refugiados – com 2.077 pessoas vivendo regularmente no Brasil –, seguida de Angola, Colômbia e República Democrática do Congo.

Justiça Federal – No processo de regularização dos imigrantes, a Justiça Federal também tem um papel relevante. É dos magistrados federais a competência para analisar ações cíveis e criminais envolvendo estrangeiros, além das questões de Direito Internacional que sejam fruto de convenções firmadas pelo Brasil com outros países. Em um processo julgado pela Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), no início de outubro, os desembargadores federais concederam a um colombiano o direito ao refúgio no Brasil.

A União tentava manter a negativa do Ministério

da Justiça em reconhecer a condição de refugiado do colombiano, com base na constatação de que ele atuou como guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Dessa forma, o governo brasileiro determinou sua extradição ao país natal. O requerente, no entanto,

conseguiu comprovar que havia sido recrutado como “criança soldado”, que nunca foi incriminado pela justiça colombiana e que serviu à guerrilha de forma compulsória até conseguir fugir sob ameaça de morte. Diante disso, a Sexta

Turma entendeu que o estrangeiro foi, na verdade, vítima do grupo extremista e determinou que a União concedesse o refúgio. “Se mostra

imperioso reconhecer, ao autor, a condição de

refugiado (...) a fim de lhe assegurar direitos fundamentais como segurança, saúde e integridade física, face aos seus fundados temores de, retornando ao país de origem, ver ameaçada a vida”, afirmou o relator do caso, desembargador federal Jirair Aram Meguerian (foto).

Em um processo semelhante, julgado pela Justiça Federal da 1ª Região, um imigrante da República Democrática do Congo conseguiu o benefício previdenciário de prestação continuada (BPC), no valor de um salário mínimo por mês, concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pessoas com deficiência. O congolês, hoje com 38 anos e morador do Núcleo Bandeirante/DF, foi vítima de sequestro e recrutamento forçado no exército quando tinha 17 anos. Numa tentativa de fuga, em 2001, ele foi baleado pelos militares e perdeu o movimento das pernas. Por temer represálias, acabou fugindo com o irmão para o Brasil, em julho do ano passado. Cinco meses depois, em 9 de dezembro de 2014, o imigrante teve o pedido de refúgio deferido pelo Conare.

O refugiado, então, buscou na Justiça Federal o pagamento do benefício previdenciário, que foi concedido, em primeira instância, pelo Juizado Especial Federal na 24ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF). “A questão

A proteção internacional dos refugiados teve origem na Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, modificado pelo Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967. O Estatuto foi regulamentado, no Brasil, pela Lei 9.474/97.

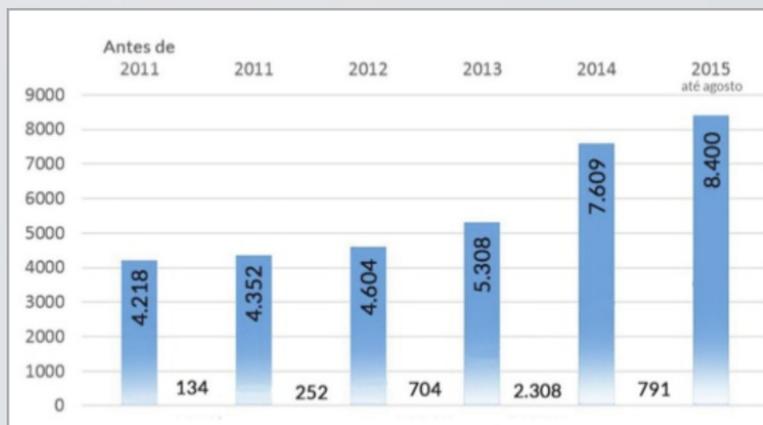
ASCOM/TRF1



O Brasil tem **8.400** REFUGIADOS RECONHECIDOS, de um total de **30.571** SOLICITAÇÕES

Refugiados reconhecidos (incluídos 655 reassentados)	8.400
Solicitações indeferidas	5.148
Solicitações arquivadas	489
Solicitações encaminhadas ao Conselho Nacional de Imigração (Cnig)	4524
Solicitações para julgamento	12.668
Total de solicitantes	30.571
*Solicitações haitianos	45.607

Não foram incluídas informações relacionadas aos nacionais do Haiti, uma vez que as solicitações de refúgio são encaminhadas ao Conselho Nacional de Imigração para a autorização de concessão de permanência por razões humanitárias (Resolução CNIG nº 08/2006 e Resolução Normativa CNIG nº 27/1998).



Fonte: Conare-MJ (setembro de 2015)

posta nos autos diz com o princípio da dignidade da pessoa humana”, sublinhou a juíza federal substituta Maria Cândida Carvalho de Almeida. Como o congolês preencheu todos os requisitos da lei previdenciária, a magistrada atendeu ao pedido dele e aplicou o artigo primeiro da Constituição Federal, que trata da garantia de inviolabilidade dos direitos fundamentais de brasileiros e de estrangeiros residentes no País. “Nesse contexto, a meu ver, devem ser entendidos os artigos 204 e 203 da Constituição, que, respectivamente, impõem ao Estado brasileiro a obrigação de garantir a universalidade da seguridade social e de prover assistência social ‘a quem dela necessitar’”, concluiu a juíza.



Milhares de sírios tentam chegar à Europa pelo Mar Egeu, entre a Grécia e a Turquia. Ao lado, família se abraça depois de concluir a travessia em um bote



O caso ainda será julgado, em segunda instância, pelo TRF da 1ª Região, mas quem acompanhou o drama do imigrante, de perto, já comemora. “Trata-se de uma sentença valiosa”, declarou Rosita Milesi (foto), diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, sediado em Brasília/DF. A ONG, fundada em 1999, oferece apoio a estrangeiros que tentam recomeçar a vida no Brasil. O congolês foi uma das 1.564 pessoas atendidas pela instituição em 2014 – número que não chegou a 160 em 2010 e 290 no ano seguinte. No IMDH, a exemplo do que ocorre em outras instituições do País, os imigrantes recebem as primeiras orientações, comida, roupa, agasalho e uma bolsa de subsistência paga com recursos repassados pelo Acnur e pelo Conare. Eles são encaminhados a vagas de emprego e a escolas de português mantidas por voluntários. A ONG também prepara a documentação para viabilizar o pedido de refúgio. “Eles nos ajudaram muito”, disse Ammar Abu Nabut, 41, que deixou a Síria com a esposa e os três filhos, há um ano e meio, para fugir da guerra.

ARQUIVO PESSOAL



Imigrantes caminham na região de Brezice, na Eslovênia, enquanto governo do país estuda criar barreiras para conter refugiados

**O Brasil é o país que mais concedeu refúgio a sírios na América Latina,
com 2.077 PEDIDOS DEFERIDOS.
Em todo o continente americano, apenas o Canadá
tem mais refugiados daquele país:
2.374 concessões entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015.**

Além de todo o apoio logístico à família do imigrante, o IMDH deu a Ammar os primeiros eletrodomésticos que ele usa na pequena lanchonete que conseguiu abrir na Asa Sul, em Brasília. O negócio começou com o apoio de um amigo, também sírio, que o estrangeiro conheceu no Brasil. Foi o empurrão que ele precisava para iniciar uma nova história! Para trás ficaram o restante da família e as lembranças de um tempo que Ammar prefere esquecer. A vida tranquila na capital Damasco, onde o imigrante tinha uma loja de roupas femininas, deu lugar a um clima constante de medo e de

incerteza. A decisão de abandonar tudo veio depois que as duas filhas do comerciante viram uma bomba explodir perto delas, no meio da rua, matando dezenas de pessoas. As economias do casal foram suficientes para pagar as passagens para o Brasil. “Aqui é bem mais tranquilo. A gente não tem muitos problemas como tinha lá”, conta Ammar, com um sotaque ainda carregado e pouco compreensível. Os filhos mais velhos, de 9 e 12 anos, estão matriculados em escolas públicas e já falam bem o português. “Eles já estão se acostumando, estudam e têm amigos aqui”.

REFÚGIO X ASILO POLÍTICO

Refúgio e asilo político são coisas diferentes. O refúgio tem caráter compulsório, é concedido quando há temor de perseguição (causa humanitária) e solicitado ao Ministério da Justiça (Conare), por intermédio da Polícia Federal. Já o asilo político, instrumento internacional previsto na Constituição Federal, é um ato discricionário do Estado, concedido pelo Ministério das Relações Exteriores ou pela Presidência da República em casos de perseguição política individualizada ou de prática de crime político (causa política).

Ressocialização – A inserção social em um ambiente completamente novo e culturalmente distante é um dos maiores desafios dos imigrantes. E é, também, um dos principais alvos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. “A melhor solução para o refugiado é poder voltar pra casa. Mas, se isso não for possível, o que se vai buscar é a integração daquela pessoa no país onde ela se encontra”, afirma Luiz Fernando Godinho (foto).

“A pessoa tem que ser acolhida, tem que ser inserida na sociedade onde ela está buscando essa proteção. E essa integração tem que ser ampla, econômica e social, para que essa pessoa tenha condições de reconstruir a vida”, complementa o porta-voz do Acnur.

Uma das frentes de trabalho do órgão das Nações Unidas e das entidades sociais que dão suporte aos refugiados é a conscientização da população quanto ao drama humano envolvido nos movimentos de migração. O Brasil é tido como um País que aceita bem os imigrantes, mas, ainda assim, as ações de prevenção e de combate à discriminação são constantes. “Realizamos seminários de sensibilização da sociedade, buscando envolver as entidades que se abrem para este serviço humanitário”, revela a irmã Rosita – como é carinhosamente chamada a diretora do IMDH, devido à ligação com a Igreja Católica. Na ONG, um amplo grupo de voluntários ajuda a fazer a integração entre os estrangeiros e a comunidade local. “Os refugiados são como qualquer um de nós, apenas passando por uma situação extrema”, acrescenta Godinho.

A congoleza **Souzy Kongnolo**, 35, diz que, depois de dois anos morando no Rio de Janeiro, ainda convive com o preconceito de parte da população. “É como se todos os negros fossem angolanos, sem qualquer diferença. Não sou angolana, eu vim do Congo”, desabafa a imigrante,

KARIN FUSARO/ACNUR



que conseguiu refúgio no Brasil em 2013. No país de origem, Souzy vivenciou os piores horrores da guerra civil. Ela morava com o marido e o pai numa província perto da capital Kinshasa. A família trabalhava com diamantes e tinha um bom padrão de vida, até que uma bomba, seguida de um ataque militar à casa dela, resultou na morte do pai e do marido. Em meio aos destroços, a congoleza, então grávida de seis meses, conseguiu fugir com os filhos gêmeos de sete anos e se esconder na igreja que frequentava. Entretanto, foi encontrada pelos militares e violentada juntamente com a filha.

Desesperada e sem poder voltar para casa, Souzy foi orientada pelo pastor a se refugiar no Brasil, onde seria recebida por um integrante da igreja. “Quando cheguei, fiquei dois dias no aeroporto chorando, com meus filhos passando fome e não tinha ninguém lá”, lembra. Um africano que também falava francês – língua oficial do Congo – ofereceu ajuda e encaminhou a família para a Cáritas Brasileira, entidade de defesa dos direitos humanos ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que também concede apoio a refugiados. A congoleza e os filhos receberam roupas, cestas básicas e um auxílio mensal, além de ajuda para conseguir a declaração de refúgio. Hoje, apesar de ter os filhos matriculados na escola, Souzy ainda mora de favor e tenta reconstruir a vida no Brasil. “Já pedi ajuda a muitas pessoas porque não é fácil”, conta a refugiada. “Na guerra que enfrentei ninguém consegue levar nada. Nem um chinelo ou um copo pra beber água; você só consegue fugir. Eu fugi pela janela, grávida de seis meses com duas crianças na mão”, completa com voz embargada.



ARQUIVO PESSOAL



Haitianos se amontoam em abrigo na cidade de Brasília, no Acre

Refúgio ambiental – Além dos conflitos armados, outro fator de risco contribuiu para a chegada massiva de imigrantes ao Brasil nos últimos anos. O terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010, matando mais de 300 mil habitantes, provocou uma evasão de pelo menos 50 mil pessoas rumo ao Brasil, país que já se tornou referência para os haitianos devido ao contato deles com militares brasileiros das forças de paz da ONU enviados ao país.

A maioria dos imigrantes chegou pela fronteira do Peru com o estado do Acre, levando o governo a manter um abrigo provisório no município de Brasília/AC. De lá, milhares de haitianos seguiram para outros estados brasileiros, principalmente para as regiões Sul e Sudeste. Mesmo reconhecendo a condição crítica dos estrangeiros, o governo brasileiro se negou a conceder refúgio porque o Estatuto dos Refugiados prevê amparo apenas para os casos de violação aos direitos humanos, sem abranger questões ambientais, como os temores de terremotos e de outros desastres naturais. A solução foi editar uma resolução normativa

(nº 97/2013), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego. A norma abriu uma exceção no Estatuto dos Estrangeiros para conceder vistos diferenciados aos haitianos.

Diversas questões envolvendo o ingresso e a permanência desses estrangeiros no Brasil também chegaram aos gabinetes de juízes federais. Em um dos casos, julgado há três meses pela Justiça Federal em Canoas, no Rio Grande do Sul, a esposa e o filho de um haitiano que veio ao Brasil no ano passado – também pelo Acre, fugindo da extrema pobreza no país caribenho – foram autorizados a desembarcar no aeroporto de Porto Alegre mesmo sem o visto emitido pelo consulado brasileiro. O pedido se baseou no princípio da proteção à unidade familiar, previsto na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. “O Estado e a sociedade devem empreender todos os esforços necessários para que os membros da família permaneçam unidos, impedindo, com isso, que, por motivos alheios à sua vontade, sejam eles separados uns

Conflitos Mundiais



O PASSO A PASSO DA SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO

- Para solicitar refúgio no Brasil, o estrangeiro deve procurar a Polícia Federal ou a autoridade migratória na fronteira para fazer o pedido, preencher um formulário e informar os contatos e o local onde está hospedado.

- Além das declarações, prestadas se necessário com a ajuda de um intérprete, o estrangeiro deve informar identificação completa, qualificação profissional, grau de escolaridade e os membros do seu grupo familiar, bem como relatar circunstâncias e fatos que fundamentem o pedido de refúgio, indicando provas.

- A solicitação do refúgio é gratuita e dispensa a presença de advogado. O ingresso irregular no Brasil não inviabiliza o pedido.

dos outros”, pontuou o juiz responsável pela sentença. O magistrado explicou que a lei prevê a extensão da proteção estatal aos familiares do estrangeiro solicitante desde que ele esteja em território brasileiro.

Também no sul do País, a Justiça Federal promoveu diversas audiências públicas e julgou processos relacionados à situação civil de imigrantes de países africanos, como o Senegal, que sofre com a miséria e a falta de emprego. Cidades como Bento Gonçalves e Caxias do Sul estão entre as principais rotas dos imigrantes que buscam um lugar melhor para viver e trabalhar. Em Caxias, também houve uma “invasão” massiva de cidadãos ganeses que aproveitaram a Copa do Mundo para buscar refúgio no Brasil. Ao todo, foram emitidos 8,5 mil vistos para cidadãos de Gana assistirem aos jogos da Copa. Dos 2.529 que tiveram a entrada confirmada

pela Polícia Federal, 1.132 não voltaram para casa.

Se, de um lado, a Justiça Federal atua indiretamente no combate ao crime organizado internacional, no controle das fronteiras e no auxílio à polícia para dismantelar quadrilhas especializadas em imigração ilegal, por outro, cumpre um importante papel humanitário ao proporcionar dignidade a seres humanos que perderam praticamente tudo. Ao permitir que um estrangeiro em condições de se legalizar seja integrado ao novo país e tenha a possibilidade de reconstruir a vida, o Judiciário abre os olhos para uma causa nobre que tem motivado outros seres humanos a continuar a luta em favor dos imigrantes. “Temos que compreendê-los, animá-los, dar-lhes esperança e possibilidade de recuperar a autoestima e a confiança na possibilidade de viver em paz”, conclui Rosita Milesi. ■

- O pedido é analisado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), composto por membros dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, da Educação, do Trabalho e da Saúde, além de representantes da Polícia Federal e de organizações da sociedade civil.

- Enquanto aguarda avaliação do pedido de refúgio, o imigrante encaminha um protocolo provisório, que comprova a regularidade da situação migratória e garante que ele não seja repatriado.

- Com o protocolo em mão, o estrangeiro pode tirar uma carteira de trabalho provisória e o CPF, além de ter acesso aos serviços públicos.

- Quem não for considerado refugiado e não estiver necessitando de nenhuma outra forma de proteção internacional (caso seja violado outro direito humano) pode ser encaminhado de volta ao país de origem.

Fonte: PF e Conare

COMISSÃO TÉCNICA DO PJE NA 1ª REGIÃO DISCUTE MELHORIAS DO SISTEMA

A Comissão Técnica de Apoio à Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (CT-PJe-TRF1) se reuniu no dia 19 de outubro para tratar de aspectos técnicos e de melhorias do sistema eletrônico de gestão processual no Tribunal e nas seções judiciárias vinculadas. O encontro, realizado no Ed. Anexo I do TRF1, foi conduzido pelo presidente da Comissão, juiz federal Marcelo Albernaz.

Entre os temas discutidos pela equipe do Tribunal estão a integração do Processo Judicial Eletrônico com outros sistemas em funcionamento na 1ª Região, a definição de parâmetros referentes aos relatórios de inspeção/correição de processos do PJe e a possibilidade de adoção do sistema eletrônico na execução penal no âmbito das corregedorias das penitenciárias federais, em observância ao Provimento 14/2014 da Corregedoria-Geral do Conselho da Justiça Federal (CJF). Também foram propostas soluções para problemas técnicos na remessa de processos das varas federais (primeira instância) para o TRF1.

Além do presidente da Comissão, fizeram parte da reunião os diretores Alexandre Amaral, da Secretaria Judiciária (Secju); Andrey Lima, do Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico (Nupje); Marcos Barbosa, da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin); Gustavo Stênio, da Divisão de Estatística (Diest); o gerente do Projeto de Implantação do PJe/TRF1, Yuri Freitas, e o diretor da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), Wellington Carlos.

Logo depois do encontro, parte da equipe integrou a reunião do Comitê Gestor Regional do PJe (CGR-PJe-TRF1) também presidida pelo juiz federal Marcelo Albernaz e composta de representantes da Advocacia Pública, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

DESEMBARGADORA MARIA DO CARMO PARTICIPA DE EVENTO SOBRE JUSTIÇA PENAL NA COSTA RICA

A desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso participou, no dia 7 de outubro, do Congresso Internacional sobre Criminalidade e Sistemas de Justiça Penal na América Latina e no Caribe. O evento, que contou com a presença da ministra presidente da Corte Suprema de Justiça da Costa Rica, Zarella Villanueva, aconteceu em São José, capital da Costa Rica, e, além de fazer parte das comemorações dos 40 anos de criação do Instituto Latinoamericano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquente (Ilanud) — instituição ligada à ONU —, teve o propósito de oferecer espaço para discussão científica sobre os principais desafios que enfrentam os sistemas de justiça penal dos países componentes.

A desembargadora compõe o Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime (Coplad) como representante do Poder Judiciário do Brasil.



COPPLAD/2015

SEÇÕES JUDICIÁRIAS CELEBRAM UM ANO DE PAE/SEI

Em setembro, o TRF da 1ª Região e a Seção Judiciária do Distrito Federal comemoraram um ano da chegada do Processo Administrativo Eletrônico, implantado por meio do Sistema Eletrônico de Informações (PAE/SEI). Os dois órgãos foram os primeiros a receber a ferramenta inovadora de gestão de processos e documentos eletrônicos, mas, hoje, toda a Primeira Região já conta com o PAE/SEI para a tramitação de processos administrativos.



Nas Seções Judiciárias do Pará e do Maranhão a comemoração aconteceu no dia 6 de outubro. Para a diretora do foro em exercício da Seccional do Pará, juíza federal Lucyana Said Daibes Pereira, o SEI representa um avanço da eficácia das rotinas de trabalho. “Considero importante a diminuição de custo e de tempo, a interação entre os diversos setores da Seção Judiciária, inclusive os da área jurisdicional, e a possibilidade de acompanhamento dos processos pela parte interessada. Tivemos, em resumo, uma grande modernização no setor administrativo”, ressalta a magistrada.

O diretor do Núcleo de Recursos Humanos (Nucre) e gestor do SEI na Justiça Federal no Pará, Élber de Almeida Siqueira, destaca que a grande inovação do sistema é o compartilhamento do conhecimento por meio eletrônico. “Alcançamos uma drástica redução no tempo despendido para realização das atividades administrativas, melhorando consideravelmente a organização dos fluxos de trabalho”, constata. (Com informações da Secos/PA).

Outras cinco Seccionais completaram um ano de utilização do novo sistema no mês de outubro:

- Rondônia e Amazonas: 13/10
- Mato Grosso e Roraima: 20/10
- Goiás: 28/10

Desenvolvido e implantado primeiramente a partir de 2009, no TRF da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), o SEI entrou em funcionamento no final do ano passado em toda a 1ª Região.

Agilidade na tramitação de processos administrativos, transparência, interatividade fácil, segurança e economia de material – sobretudo de papel – são as principais vantagens apontadas por servidores e magistrados após os primeiros 12 meses de operacionalização do SEI em todo o TRF1.

Para marcar este primeiro ano de operacionalização do sistema, o TRF1 preparou campanha comemorativa que inclui a divulgação de *banner slider* na página do SEI, postagens em redes sociais, divulgação de cartazes nas seccionais e subseções judiciárias, papel de parede nas áreas de trabalho de computadores e a veiculação de vídeo com depoimentos de usuários sobre a melhoria no desempenho de suas rotinas após a implantação do sistema.

CERIMÔNIAS E ATIVIDADES CULTURAIS MARCARAM OS 125 ANOS DA JUSTIÇA FEDERAL DE MINAS GERAIS

A Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais comemorou 125 anos de existência com uma extensa programação, no período de 5 a 7 de outubro. Os eventos festivos foram prestigiados por magistrados, servidores, estagiários, terceirizados da Casa e personalidades de destaque do cenário jurídico e político.

Os três dias de comemoração incluíram solenidades, apresentações do Coral da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) e da Orquestra de Sarzedo (duas importantes iniciativas de resgate social por meio da arte); premiação do vencedor do Concurso de Contos sobre a Primeira Fase da Justiça Federal; lançamento do selo e do carimbo comemorativos dos 125 anos do órgão; abertura da exposição "História da Justiça Federal em Minas Gerais"; inaugurações de retratos nas galerias de fotografias de juízes federais, de ex-diretores de foro e de ex-diretores de secretaria; palestra da juíza federal Sônia Diniz Viana e show com música e dança.

O diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Miguel Angelo de Alvarenga Lopes, foi o anfitrião das festividades que contaram com a presença de autoridades como o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Carlos Mário da Silva Velloso e a ministra do Superior Tribunal de Justiça Assusete Magalhães (ambos ex-diretores de foro da Seção Judiciária de Minas Gerais); os desembargadores federais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região Ângela Catão, Gilda Sigmaringa Seixas e Mônica Jacqueline Sifuentes, o vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros, entre outras autoridades.

Fonte: Ascom/SJMG

JUSTIÇA FEDERAL NO PIAUÍ REALIZA PRIMEIRA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

A Justiça Federal no Piauí realizou, no dia 7 de outubro, a primeira audiência de custódia do estado, no âmbito da Justiça Federal, a respeito de decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, da Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato. A decisão foi tomada devido ao termo de cooperação estabelecido entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), que implantou o projeto "Audiência de Custódia" na esfera da Justiça Federal do Brasil, no dia 23 de outubro. O projeto prevê que toda pessoa presa em flagrante seja apresentada ao juiz em até 24 horas.

Esse primeiro caso em que a Justiça Federal no Piauí decidiu convocar audiência de custódia aconteceu por conta da prisão em flagrante de um homem envolvido em roubo praticado em agência dos Correios no município de Socorro do Piauí/PI.

Em decisão do dia 21 de setembro, a juíza federal da seccional piauiense homologou a prisão em flagrante do acusado e a converteu em prisão preventiva, atendendo à petição do Ministério Público Federal (MPF). A magistrada também nomeou advogado para atuar na defesa do preso, já que ele não indicou nenhum defensor (e em São Raimundo Nonato/PI, lotação da Subseção Judiciária que julga o caso, não há instalação da Defensoria Pública da União).

No dia 1º de outubro, a juíza expediu nova decisão, convocando para a audiência de custódia realizada no dia 7 de outubro. A convocação foi feita após a desembargadora federal Mônica Sifuentes indeferir pedido de *habeas corpus* em favor do acusado, determinando a imediata realização da audiência.

Com informações da Secos/SJPI

PRÁTICA DA JFRO É FINALISTA NO PRÊMIO INNOVARE

O juiz Dimis da Costa Braga, da 1ª Vara Cível de Rondônia, é um dos 21 finalistas entre os 667 inscritos este ano no Prêmio Innovare. A premiação foi criada em 2004 pelo Instituto Innovare para identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil que estejam ampliando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça brasileira.

Foram 77 candidatos na categoria "Juiz", para a qual o magistrado inscreveu sua prática, chamada "Mediação Judicial e Policial: Reintegração humanizada com realocação de famílias carentes ocupantes de extensa área urbana (RO)".

Trata-se de reintegração de área da União que será doada ao estado de Rondônia para a construção da estação de tratamento de efluentes da zona sul, feita com mediação judicial e policial, garantidos os direitos das partes envolvidas. O processo será acompanhado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), universidades e movimentos sociais.

A votação, realizada a portas fechadas pela Comissão Julgadora do Prêmio Innovare, contou com uma tecnologia que garante o sigilo da classificação dos vencedores, de modo que nem mesmo os membros da comissão tenham acesso à colocação dos finalistas. O objetivo é prestigiar igualmente as práticas e garantir a surpresa durante a cerimônia de premiação, que será realizada no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, no dia 1º de dezembro.

JUIZ FEDERAL DA SJPA PROFERE PALESTRA EM MILÃO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

No dia 1ª de outubro, o juiz federal Arthur Pinheiro Chaves, da Seção Judiciária do Pará (SJPA), proferiu palestra sobre as previsões legais no Brasil que versam sobre segurança alimentar durante evento ocorrido na Corte d'Apello, Tribunal de Justiça de Milão, na Itália. A plateia contou com aproximadamente 300 pessoas da área jurídica, entre advogados, magistrados, membros do Ministério Público e estudantes do curso de Direito.

O convite foi feito pela Ordem dos Advogados de Milão, em parceria com a Universidade de Milão, e faz parte do calendário da Expo 2015, que reúne mais de 140 países em torno do tema "Alimentar o Planeta, Energia".

Na ocasião, o magistrado publicou um artigo sobre o assunto "O Direito à Segurança Alimentar no Brasil", escrito ao longo do doutorado realizado na Universidade de Pavia e que faz parte de uma obra coletiva coordenada pelo professor doutor da instituição italiana Giovanni Cordini.

Com informações da Secos/SJPA

Santo padroeiro

JUSTIÇA FEDERAL DE MINAS GERAIS CONCEDE LIMINAR PARA IMPEDIR A RETIRADA DA ESTÁTUA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DA NASCENTE DO RIO QUE LEVA O NOME DO SANTO

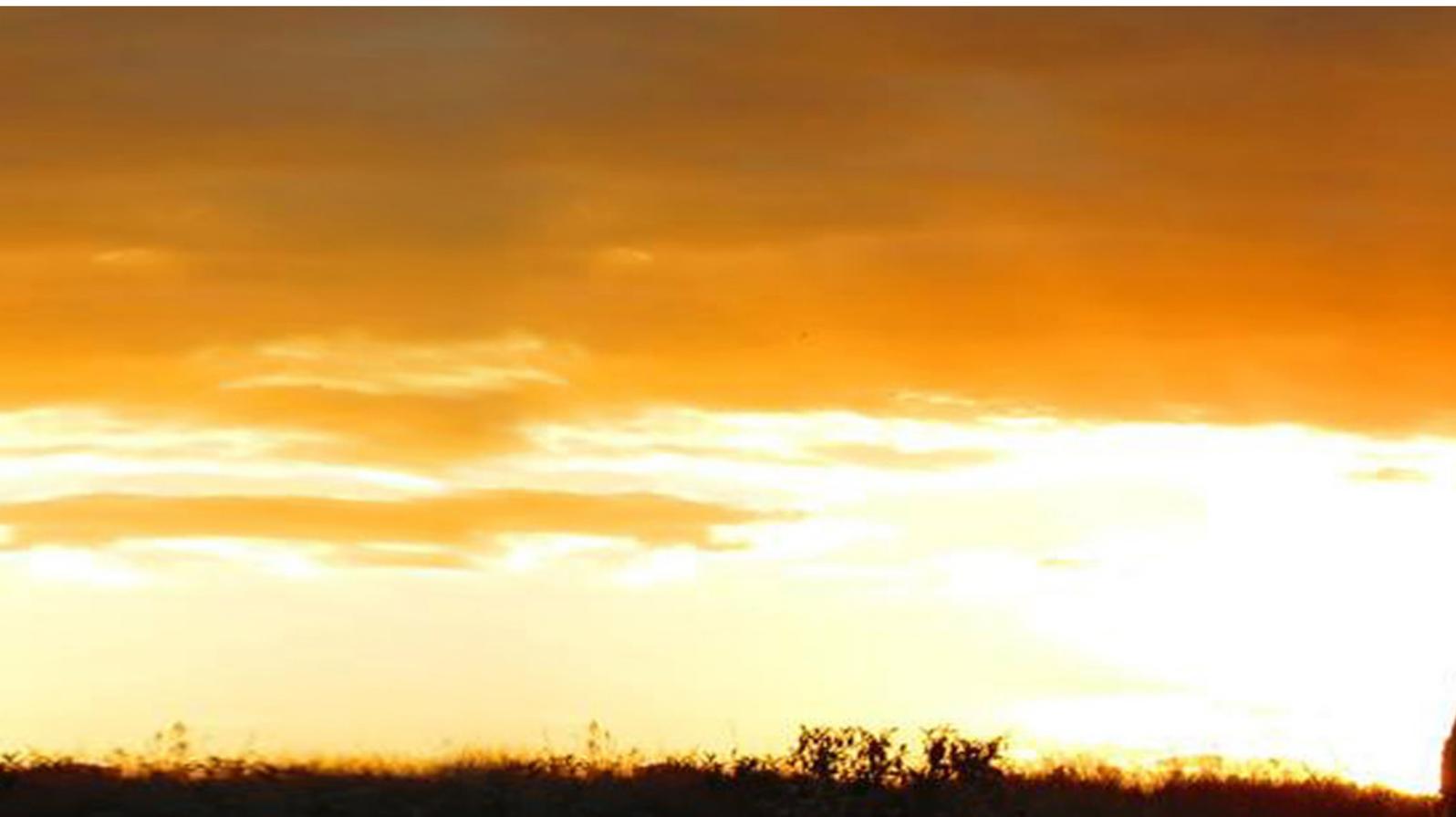
▼ EUNICE CALAZANS/TS

O Rio São Francisco, também conhecido como Velho Chico, foi decisivo para o desenvolvimento do interior do País ao longo dos anos. Descoberto em 1501, durante uma expedição para explorar a costa brasileira comandada por Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio, o rio recebeu esse nome em respeito à tradição da população regional da época, devota do padroeiro São Francisco de Assis. Até então, o rio era chamado por primitivos regionais de "Opará", pois, segundo uma lenda, nasceu das lágrimas derramadas pela índia Irati por saudades de seu companheiro que foi à luta pela posse da terra contra homens brancos, mas não voltou. Esse nome significa rio-mar na linguagem indígena.

O Velho Chico percorre seis estados brasileiros e ainda é a divisa natural de estados como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Navegar pelo São Fran-

cisco é passear pela história do Brasil. Foi graças a ele que os bandeirantes conseguiram seguir rumo ao interior do País, deixando o litoral para se aventurarem em direção ao sertão e ao sudeste. Além disso, o Velho Chico é o principal responsável pelo sustento de diversas cidades que apareceram em suas margens no decorrer dos últimos 500 anos. Isso acontece em razão de as suas águas serem viáveis para navegação (em alguns trechos), pesca, geração de energia e irrigação de plantações.

Em função dessa importância, existe um projeto do governo federal que pretende fazer a transposição do rio para que as águas possam atingir regiões que sofrem com a seca nordestina. Segundo o Ministério da Integração Nacional (MI), o empreendimento vai beneficiar mais de 12 milhões de pessoas em 390 municípios em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto possui

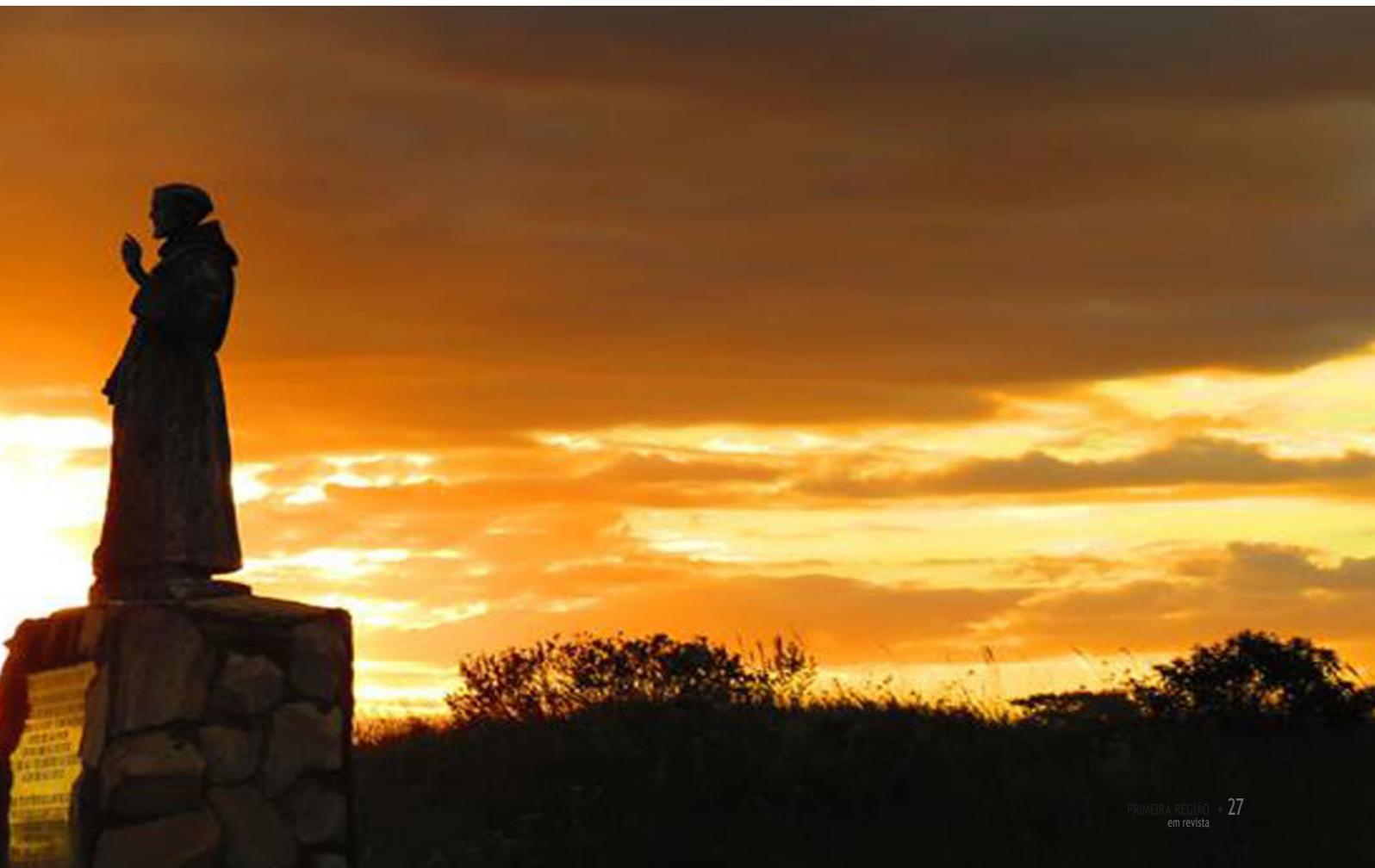


477 quilômetros organizados em dois eixos de transferência de água, os eixos Norte e Leste. A obra engloba a construção de quatro túneis, 14 aquedutos, nove estações de bombeamento e 27 reservatórios, além da recuperação de 23 açudes existentes na região, que receberão as águas do rio São Francisco. O Nilo Brasileiro, como também é conhecido, serve ainda como via de transporte de mercadorias de algumas regiões. Os principais itens transportados, em embarcações especiais, são: sal, arroz, soja, açúcar, cimento, areia, madeira, alguns minérios e produtos manufaturados.

As águas do São Francisco refletem cinco séculos de nossa história. O título de rio da unidade nacional é justificado em função da forma caprichosa de seu curso, que serviu como uma estrada natural entre o litoral do sul e do norte pelo interior do País. Os primeiros colonizadores subiram o rio em busca de índios para o cativoiro. Depois, as imensas pastagens do sertão deram espaço à formação de currais. Ao redor, nasceram diversos povoados. Mais tarde, quando correram no sertão notícias da descoberta de metais preciosos nas regiões das nascentes, houve então o encontro entre os homens dos currais e os das minas. (fonte: www.educacional.com.br)



Processo de transposição do Rio São Francisco

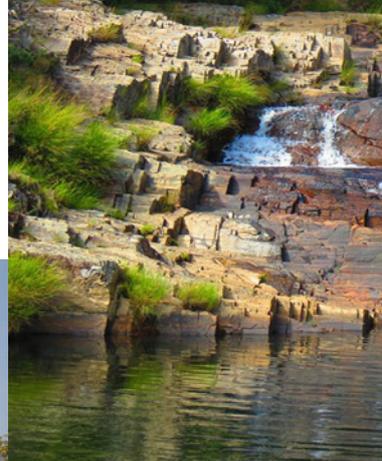




Nascente do Rio São Francisco



Parque Nacional da Serra da Canastra



Diante dessa trajetória e com o objetivo de preservar a nascente do São Francisco, foi criado o Parque Nacional da Serra da Canastra. Pouco tempo depois, em 1975, o primeiro diretor da Unidade, Hélio Lasmar, teve a iniciativa de colocar ao lado da nascente do Velho Chico uma imagem de São Francisco de Assis, doada por sua irmã, para demarcar o local. Atualmente, o rústico monumento que homenageia o padroeiro se tornou ponto turístico da região, não apenas pelo seu caráter religioso mas também pela curiosidade dos visitantes de ver a água brotando. Mesmo após a criação do Parque, manifestações religiosas e culturais são realizadas no local, levando dezenas de pessoas àquela área. Segundo consta no Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra, as nascentes do rio sempre exerceram fascínio, inicialmente pelo mistério de suas origens e, ao longo do tempo, por estarem associadas à sobrevivência de uma grande via de comunicação e de abastecimento de água para muitos estados brasileiros.

Entretanto, toda a beleza e crença regional contidas na escultura erguida foram ameaçadas depois de o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a administração do Parque Nacional da Serra da Canastra proporem a retirada da estátua de São Francisco e do altar da nascente do Rio São Francisco, localizados em São Roque de Minas, na região centro-oeste do estado. Em resposta, a Defensoria Pública da União (DPU) ajuizou uma ação civil pública para suspender liminarmente todas as ações tendentes à retirada das peças.

Tudo começou com a elaboração, em 2005, de um plano de manejo para expansão do Parque Serra da Canastra. No documento, estão previstas a remoção e a possível demolição da estrutura que abriga a imagem do santo, que está assentada há 40 anos no local. Além disso, o arquivo

trata ainda da doação da imagem à Igreja Matriz de São Roque de Minas, caso haja interesse. O contato inicial com o problema, de acordo com o defensor público federal Estêvão Ferreira Couto (foto), resultou no ajuizamento da ACP 3407-92.2014.4.01.3804, que serviu de base para o projeto “Canastra: Justiça e Reconciliação”, conduzido pela Justiça Federal de Minas Gerais. O projeto pretende dar fim aos conflitos existentes desde a criação do Parque que estão relacionados com a sobrevivência dos tradicionais “canasteiros” (moradores da Serra da Canastra que vivem da fabricação artesanal do queijo Canastra, cuja produção é protegida pelo Iphan) e dos mineradores que vivem em condições análogas às de escravo.

Em seu recurso, a administração do Parque alegou que a localização da estátua estava causando danos ambientais à área das nascentes do São Francisco em razão de peregrinações para ver o símbolo e as nascentes do rio. Argumentou que já efetuou a mudança do monumento para outra área, ainda dentro dos limites do Parque.

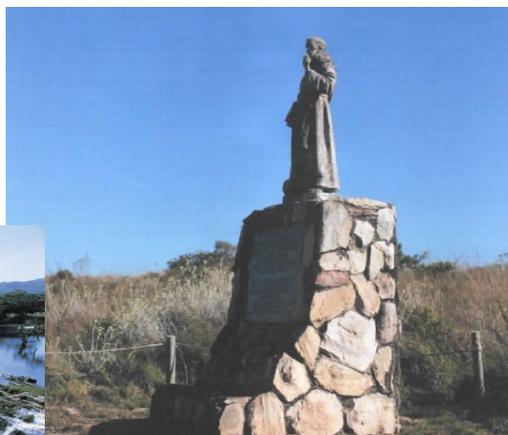
Quanto ao fato de a imagem representar uma crença religiosa para o povo que reside na região, o ICMBio afirmou que “o Parque Nacional é um bem da União, um estado laico, e não um local de culto de qualquer que seja a religião, devendo as construções em seu interior serem vinculadas a razões de manejo e de proteção da área”. Declarou ainda, o instituto, que “diante da revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional, publicado em 2005, foi recomendada a remoção da imagem



DPU



Rio São Francisco de Assis



Estátua de São Francisco de Assis



do local e o desmonte do altar, quando oportuno”.

Para o representante da DPU, Estêvão Ferreira Couto, o plano de manejo é inconstitucional e ilegal, de um lado porque pretendeu alterar o entendimento que havia sobre o tamanho do Parque estabelecido há décadas, de outro, por não respeitar a população local. “Nesse seu intento, veio atropelando o modo de vida tradicional dos moradores da região, protegido pela nossa Carta Maior e pelas normas internacionais de direitos humanos incorporadas ao ordenamento jurídico interno”.

De acordo com o defensor, a previsão incluída no plano de manejo gerou preocupação na população local. Para ele, a proteção da nascente se resolve com a organização das visitas, e não com o descarte de um bem cultural. “As autoridades do ICMBio e do Parque Nacional da Serra da Canastra queriam se livrar da estátua de São Francisco, assim como querem se livrar das comunidades tradicionais que vivem na região”, disse.

Justiça - Ao analisar o processo, o juiz federal diretor da Subseção Judiciária de Passos, Bruno Augusto Santos de Oliveira (foto), entendeu que a retirada da imagem de São Francisco e de seu altar da área onde se encontra a nascente do rio de mesmo nome fere os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Isso porque essas ações vão contra a caracterização desses bens feita pelo próprio Plano de Manejo, que os considerou como sendo históricos e culturais, carregados



ARQUIVO PESSOAL

de simbolismo regional e nacional. Além disso, segundo o magistrado, as ações ferem os artigos 215 e 216 da Constituição, pois o altar e a imagem de São Francisco, além do significado religioso, são edificação/objeto que representam a manifestação de uma cultura popular de referência para todo o Brasil.

Na decisão, o juiz também analisa a relação entre religião, laicidade estatal e preservação do patrimônio cultural, citando filósofos como Charles Taylor e formulações da Suprema Corte dos Estados Unidos. “Sob esse ponto de vista, uma análise do contexto demonstra que a permanência da estátua de São Francisco no interior do Parque Nacional da Serra da Canastra em nada viola a ordem constitucional brasileira”, afirma na sentença.

O magistrado lembra, ainda, que o batismo do São Francisco ocorreu em 1501, e a própria estátua foi colocada ao lado da nascente simbólica do rio por iniciativa do diretor da unidade à época. “Não há qualquer indício histórico ou motivo para supor que sua posição tenha partido do propósito estatal de favorecer qualquer religião. E, do contexto descrito, também não é razoável concluir que tenha o efeito de transmitir a mensagem de preferência estatal em relação a uma religião específica”.

Assim, o juiz federal Bruno Augusto Santos de Oliveira, deferiu a liminar para determinar a abstenção de toda e qualquer ação administrativa tendente a retirar, reposicionar, demolir, desmontar, remover ou destruir, ainda que parcialmente, a imagem de São Francisco da nascente do rio, incluindo o altar ali edificado. A intenção é preservar as origens do rio mais importante do Brasil e manter viva a tradição e a história da população que vive às suas margens e, em muitas vezes, dele dependem para sobreviver. ■

Valorização

TRIBUNAL E SECCIONAIS COMEMORAM
DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

▼ THAINÁ SALVIATO/COM INFORMAÇÕES DAS SECOS/DF/BA/TO/PI/MT

Este ano o dia 28 de outubro – Dia do Servidor Público – foi celebrado no TRF da 1ª Região com uma programação especial voltada para a saúde e o bem-estar dos homenageados.

Durante todo o dia, o Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral - Unidade de Treinamento e Condicionamento Físico do Tribunal, em Brasília, ofereceu atendimento de auriculoterapia, método terapêutico da medicina tradicional chinesa que consiste na aplicação de pequenas esferas em pontos específicos na orelha e que possibilita o tratamento de inúmeras patologias.

No local, também foram oferecidas, ao longo do dia, aulas de Pilates, Zumba, Dança do Ventre, Tae Fight, Krav Magá, *workshop* de Charme (modalidade de dança), atividades terapêuticas como massagens, expressa e relaxante, e drenagem linfática, além de aula de bordado em lenços.

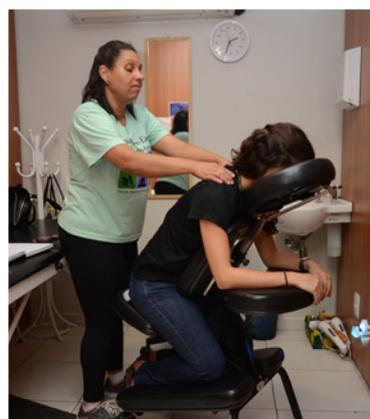
A coordenadora do Espaço Bem-estar, Angela Paes, destacou o principal objetivo do evento, que foi presentear o servidor com uma atividade diferente de sua rotina cansativa e de muito trabalho e esforço. "Por isso, resolvemos proporcionar um dia diferente, de *relax*, um momento de descontração", explicou Angela.

Para a diretora da Divisão de Planejamento (Dipla), Nádia Barbosa Santana, que participou da aula de bordado em lenços, a realização do evento foi muito gratificante. "Estes 30 minutos que saímos da rotina do dia foram importantes, proporcionaram um retorno muito bom, pois saímos com a cabeça mais leve", justificou a diretora.

O presidente do Tribunal, desembargador federal Cândido Ribeiro, enviou mensagem a todos os servidores da 1ª Região ressaltando o valor de cada um deles para o engrandecimento da Justiça Federal.



FOTOS: RAMON PEREIRA



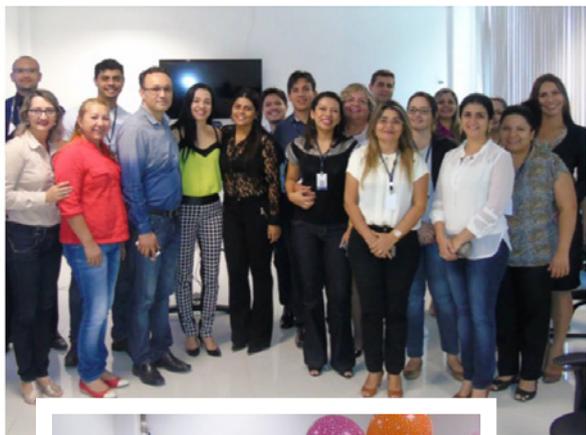
Algumas Seccionais também preparam programações especiais para homenagear seus colaboradores. Confira.

.....
SJAP – A Seção Judiciária do Amapá ofereceu uma vasta programação com palestras ministradas por profissionais da saúde no período de 26 a 29 de outubro, além de um curso presencial Liderança e Gestão de Equipes, com pa-

8 de outubro

lestrante da Escola de Administração Fazendária (Esaf). A programação contou também com a Semana do Dentinho, com palestra sobre saúde bucal dos adultos e aplicação de flúor e entrega de kits de higiene bucal a crianças de 5 a 12 anos de idade no consultório odontológico da SJAP.

O ciclo de palestras com foco na saúde de homens e mulheres abordou os seguintes temas: Saúde do Homem, com o urologista Thiago Teixeira; Ergonomia e Ginástica Laboral, com a fisioterapeuta Caroline Pacheco; Benefícios da Atividade Física, com o endocrinologista Renato Paulista; Orientação de Postura e Qualidade de Vida, com a fisioterapeuta Nádia Guimarães e Saúde da Mulher, com o ginecologista Aljerry Rego.



FOTOS: SECOS/DF



SJDF – Na Seção Judiciária do Distrito Federal, as comemorações ocorreram no período de 26 a 28 de outubro. No primeiro dia, aconteceu a Feira do Relaxamento, onde os servidores puderam desfrutar de massagens, hidratação facial, aromaterapia e degustação de suplementos e sucos orgânicos e *detox*. O dia 27 foi o Dia Saudável na SJDF, em que foram oferecidos exames de saúde e orientações sobre atividades físicas, ginástica laboral e aula de dança de salão. Para fechar as comemorações, os servidores da SJDF assistiram à palestra “Finanças em Tempos de Crise”, apresentada pelo especialista em finanças e economia com ênfase em finanças pessoais e investimentos André Massaro. Além das atividades, a Seccional também promoveu sorteio de brindes ao longo de toda a programação.

SECOS/DF



SJBA – Na Seccional Baiana, a Associação dos Servidores da Justiça Federal na Bahia (Asserjuf) promoveu a Semana do Servidor no período de 26 a 29 de outubro. A programação contou com exposição de produtos diversos no foyer do Fórum Teixeira de Freitas, sede da Seção Judiciária da Bahia.

Este ano, os servidores da SJBA contaram com a 1ª Feira Arte & Gourmet, composta de produtos artesanais da comunidade de Sussuarana, além de alternativas de alimentação saudável para incentivar uma dieta natural e nutritiva. A feira apresentou produtos sem glúten, sobremesas sem lactose, saladas naturais e produtos integrais.

SJTO – A comemoração do Dia do Servidor Público na Seção Judiciária do Tocantins (SJTO) envolveu dezenas de servidores, estagiários e prestadores de serviço na sede da Seccional, em Palmas. O evento, organizado pela Seção de Bem-Estar (Sebes), foi voltado para o movimento “Outubro Rosa” e contou com a participação da diretora do foro da SJTO, juíza federal Denise Drumond, que realizou a abertura das atividades. Na ocasião, foi proferida uma palestra sobre a prevenção de vários tipos de câncer, inclusive o de mama e o de colo do útero. Também foi realizado o sorteio de brindes relacionados à saúde, estética e bem-estar, além de massagem relaxante aos participantes. Após as atividades, foi servido um *coffee break*.



ASSERJUFBA

SJPI – Na Seção Judiciária do Piauí, as atividades da Semana do Servidor aconteceram nos dias 27, 28 e 29 de outubro. As comemorações se iniciaram com a missa celebrada pelo Padre João de Deus. Em seguida, os servidores participaram da palestra “Empreendedorismo e Funcionalismo Público”, proferida pelo psicólogo e professor mestre Danilo Camuri.

Já no segundo dia, os participantes assistiram à palestra “Entendendo Educação Financeira”, ministrada pelo especialista em Gestão Financeira Rosalvo Rodrigues.

No dia 29 de outubro, a solenidade de homenagem por tempo de serviço a servidores encerrou as comemorações. Na ocasião, foram homenageados os servidores que completaram 30, 20 e 10 anos de dedicação à Justiça Federal da Primeira Região e, em especial, à Seção Judiciária do Piauí.

A solenidade foi presidida pelo juiz federal Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira, vice-diretor do foro da SJPI, e pelo juiz federal Agliberto Gomes Machado, titular da 3ª Vara, representando a Associação dos Juízes Federais do Piauí (Ajufepi). A servidora Célia Maria de Albuquerque Leitão, uma das homenageadas, que completa 20 anos de dedicação à Justiça Federal, falou, em nome dos demais, destacando os anos de serviços prestados



SECSJTO



e a relevância do trabalho do servidor público federal, bem como a luta dos servidores em prol de benefícios para a categoria, em momento de "luta pela derrubada do Veto 26". Depois das homenagens, um *coffee break* foi oferecido pela Caixa Econômica Federal aos servidores e colaboradores.

Durante a Semana, os servidores também puderam apreciar uma exposição de serviços e produtos de empresas parceiras da Semana do Servidor. Brindes oferecidos pelos expositores foram sorteados entre os servidores que participaram da programação. Além disso, servidores promoveram a exposição de fotografias "Caravana a Brasília Derruba o Veto 26".



SECO/PI

SJMT – Os servidores da Seção Judiciária de Mato Grosso comemoraram seu dia, 28 de outubro, com um churrasquinho no terraço. Estiveram presentes vários magistrados, prestadores de serviços e muitos servidores ativos e aposentados.

Na oportunidade, foi sorteada uma cesta com produtos de beleza, oferecida pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal de Mato Grosso (Sindijufe-MT), e a ganhadora foi a servidora aposentada Silvia Vitorino. Foram sorteados, também, vários *kits* com camiseta, *squeeze* e boné, oferecidos pela Caixa Econômica Federal. Para participar do sorteio era preciso contribuir com um litro de leite, ação que resultou em um total de 57 litros de leite arrecadados que serão entregues a uma entidade beneficente.

A servidora Andrea dos Santos falou em nome do Sindijufe/MT e disse que "apesar das circunstâncias que nos cercam, devemos ter orgulho de sermos servidores públicos, porque sabemos do nosso valor e do serviço que entregamos à nossa sociedade".

O diretor do foro, juiz federal Roberto Demo, cumprimentou a todos os servidores: "Neste dia 28 de outubro, quero, em nome de todos os juizes e da Direção do Foro, expressar meu agradecimento a todos vocês servidores, que são imprescindíveis à construção de uma Justiça Cidadã. Se a Justiça desfruta de prestígio, esse efeito positivo decorre da dedicação dos servidores que integram esta grande família. Isso porque os juizes não trabalham sozinhos. Considerado o volume cada vez maior de processos, nós juizes estamos cada vez mais dependentes dos servidores que compõem a nossa equipe, mas que podemos chamar também de nossa segunda família, pois às vezes passamos mais tempo ao lado dos colegas de trabalho do que da própria família".

A comemoração contou ainda com a participação do músico Henrique Miranda que, ao som de violão, tocou diversas músicas de Rock/Pop Nacional, proporcionando grande integração entre os servidores. ■



SECO/MT

Amor à música

CORAL HABEAS CANTUS COMEMORA 25 ANOS
DE HISTÓRIA COM PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

FOTOS: PROFORME



THAINÁ SALVIATO

O Coral *Habeas Cantus* completou 25 anos de existência. O grupo foi criado em outubro de 1990 por servidores do Tribunal Regional Federal 1ª Região e da Justiça Federal/DF a pedido do primeiro presidente do TRF, desembargador federal Alberto Vieira da Silva, para cantar nas solenidades da Casa.

Para comemorar o Jubileu de Prata, o grupo organizou uma programação especial, no período de 19 a 28 de outubro. As festividades foram iniciadas com a exposição “Jubileu de Prata do Coral *Habeas Cantus* – 25 anos de amor à música”, instalada no Espaço Cultural do TRF da 1ª Região, entre os dias 19 e 23. A mostra recontou a história do Coral desde a primeira composição, e o público pôde fazer uma viagem no tempo por meio de fotografias, vestimentas e objetos utilizados pelo grupo. A abertura do evento contou com presença do presidente do Tribunal, desembargador federal Cândido Ribeiro, e com uma apresentação especial do Coral. O presidente destacou a evolução do grupo e parabenizou seus integrantes: “Vejam que o Coral começou dentro do Tribunal e hoje está por todos os lados, com integrantes também de fora do Tribunal. Isso mostra que ele foi uma criação realmente inovadora, que expandiu seu importante trabalho. Parabéns a todos!”.

A solenidade de abertura também foi marcada por homenagens a nomes que marcaram a história do Coral, como os dos maestros que já regeram o grupo ao longo de sua trajetória: Antônio Sarazate (de 1990 a 1992); Cláudia Costa (de 1993 a 2004); o pianista Paulo Sérgio (1999 a 2003); o pianista Thales Silva (2011 a 2014); Marco Aurélio Coutinho (em 2005); e Isabella Sekeff (de 2006 a 2009), além da pianista Ilke Takada, que acompanhou o grupo no período de 2004 a 2012. As homenagens se estenderam aos atuais integrantes do Coral, como ao percussionista

Renato Ramos, ao maestro David Reis, ao também maestro Paulo Santos e aos servidores que já integraram o *Habeas Cantus*. Os servidores Maria Angela Rocha Paes e Adelson Vieira Torres fazem parte da formação atual do Coral e também foram homenageados, pelos colegas de canto, por sua dedicação ao grupo.



Presidente Cândido Ribeiro parabeniza Habeas Cantus por seus 25 anos

As comemorações foram encerradas com chave de ouro no dia 28 de outubro, no Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe), quando o Habeas Cantus realizou o concerto “Jubileu de Prata do Coral *Habeas Cantus* – 25 anos de amor à música”, prestigiado por servidores e amigos do grupo (foto abaixo).





História – A servidora Maria Angela Rocha Paes, integrante do Coral desde 1993, destaca que o conjunto foi criado para ensaiar apenas uma missa de Natal, “mas os servidores gostaram e continuaram a ensaiar”. Assim, o grupo foi crescendo e se firmando até começar a se apresentar fora do Tribunal e a participar de encontros de corais. A primeira viagem aconteceu em 1994, quando o Coral embarcou para Ipameri/GO, a convite da prefeitura da cidade. No mesmo ano, o *Habeas Cantus* se apresentou também em Pirenópolis/GO. A partir daí, as participações em festivais de corais, dentro e fora do País, tornaram-se frequentes:

- 1999, Festival Maranhense de Coros – FEMACO, São Luís/MA;
- 2000, Festival Cantapueblo, Mendoza/Argentina;
- 2001, IX Festival Bach de Corais - São Lourenço/MG e II CantarES - Vitória/ES; 2004, Encanta - Santos/SP;
- 2005, Festival Mundial de Coros, Puebla/México;
- 2006, 4º FIC - Festival Internacional de Corais – Belo Horizonte e Ouro Preto/MG;
- 2007, Festival Cantapueblo, Mendoza/Argentina
- 2008, IV Encontro de Corais da Cidade de Goiás/GO e 6º ENCONAT - Natal/RN;
- 2009, XV Festival Internacional de Coros - Juiz de Fora/MG;

- 2010, XVII Festival Internacional de Coros - Criciúma/SC;
- 2011, 9º FIC - Festival Internacional de Corais – Belo Horizonte e Ouro Preto/MG;
- 2012, VI Festival Internacional Corearte - Barcelona/Espanha;
- 2013, XI FEPAC – Festival Paraibano de Coros – João Pessoa/PB;
- 2014, XX Festival Internacional de Coros – Juiz de Fora/MG;



FOTOS: PROPRIETÁRIO



Com a expansão das atividades do Coral, os integrantes do grupo criaram, em 2005, a Associação Amigos do Coral Habeas Cantus e firmaram parceria com o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (Sindjus/DF). A partir daí, o conjunto passou a se chamar Coral *Habeas Cantus* do Poder Judiciário do Distrito Federal e a congregar servidores de outros tribunais do Distrito Federal. Desde a instituição da parceria, o Sindicato doa, mensalmente, o valor equivalente aos salários do maestro e do pianista. Os integrantes do Coral também contribuem com uma pequena taxa mensal para o pagamento de despesas do grupo, como deslocamentos, equipamentos, lanches, etc. Segundo Angela, outro importante parceiro do conjunto é o próprio Tribunal, “que cede espaço para os ensaios semanais do grupo, além de apoiar o Coral em todos os seus eventos, a exemplo das comemorações dos 25 anos do Coral. Em contrapartida, o grupo se apresenta nas solenidades da Casa, sempre que solicitado”.

Além de festivais nacionais e internacionais, o *Habeas Cantus* também se preocupa com ações de responsabilidade social, fazendo apresentações em hospitais e asilos. “Levamos nossa alegria, bom humor e música às pessoas que precisam de um carinho, de um abraço, e quando saímos, elas se sentem revigoradas”, declarou Maria Angela.

Atualmente, o Coral conta com 40 integrantes, entre servidores do TRF1, da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Superior Tribunal Militar (STM), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e da Procuradoria-Geral da República (PGR).

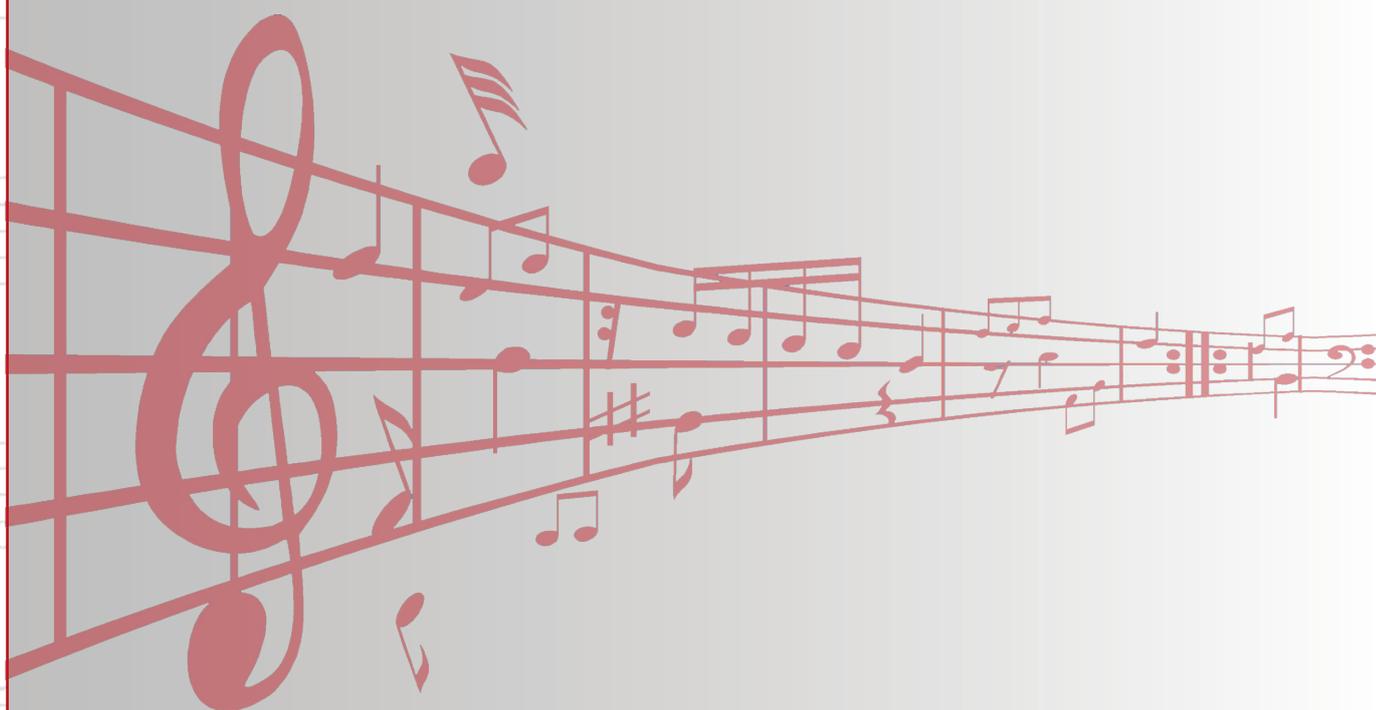
Antes das festividades de fim de ano, o *Habeas Cantus* participou do 5º Encontro Internacional de Coros em Montevidéu, realizado no período de 4 a 8 de novembro, no Uruguai. ■

“O Coral representa uma grande família, representa amizade, pois viver sem amigos não tem a menor graça. Na vida profissional, ajuda a suportar os estresses do dia a dia que o serviço público nos impõe. Sou feliz. Sou *Habeas Cantus*”

Adelson Vieira Torres (servidor ativo do TRF1)

“O Coral *Habeas Cantus* para mim é acima de tudo um grupo de grandes amigos que compartilha um prazer em comum, que é cantar. Após mais de 20 anos dividindo as alegrias e os problemas, muitos já se tornaram meus irmãos do coração”

Iracy Borges (servidora aposentada do TRF1)



“O Coral representa para mim, acima de tudo, qualidade de vida! No Coral posso viver a alegria na sua plenitude, a emoção de soltar a voz e encantar a alma e os corações dos que assistem à nossa apresentação. O círculo de amizades que conquistei no coral me faz perceber que viver a música em grupo nos possibilita encontrar amigos/irmãos para a vida toda, sendo impossível viver sem eles. Cantar no Coral é um vício necessário para a minha alma, nele me achei e dele não me perderei. O Coral atua positivamente no meu trabalho porque a música me eleva, me faz feliz e isso se reflete no meu comportamento, produtividade e nas relações interpessoais! Desde que ingressei no Coral eu sou simplesmente uma nova pessoa, e isso impactou de uma forma muito positiva a minha vida, pois pude vivenciar muitas alegrias; mesmo quando os momentos tristes se fizeram presentes, o canto aliviou a dor e deu passagem de novo para a alegria!!! Viva o *Habeas Cantus*, 25 anos de amor, música, alegria e amizade!”

Lucia Sousa (servidora ativa do STJ)

Saúde é o que interessa

TRIBUNAL PROMOVE FEIRA DE PRODUTOS SAUDÁVEIS E CONTRIBUI PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE SEUS COLABORADORES

▼ THAINÁ SALVIATO/COM INFORMAÇÕES DA ASREP

No mês de outubro, o TRF da 1ª Região, por meio da Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep), passou a promover, semanalmente, uma feira de produtos orgânicos e artesanais. A Terça Saudável, como o próprio nome já diz, acontece às terças-feiras, no túnel entre os edifícios Sede I e Sede II, das 12h às 16h30. "Eu participo de várias reuniões no Conselho da Justiça Federal (CJF), e uma delas foi justamente no dia em que a feira acontece por lá. Eu não conhecia essa feira, mas fui conversando com os produtores, comprei algumas coisas e achei a ideia incrível!", conta Juliana Espíndola, diretora da Asrep.

A feira conta com dez expositores que oferecem sucos orgânicos funcionais; frutas e verduras orgânicas; pães e bolos artesanais; frios, queijos e doces artesanais; *cookies* orgânicos artesanais; frutas desidratadas, além de comida árabe. Todos os itens são produzidos de forma artesanal, com ingredientes frescos, conforme explica Carla Machado, produtora dos sucos orgânicos: "Todos os produtos da feira são orgânicos e artesanais, feitos por nós mesmos. Compramos as verduras orgânicas e frescas, e cada um tem sua fábrica. Quando a pessoa experimenta, ela percebe a qualidade de cada produto".

Além de oferecer produtos saudáveis para melhorar a alimentação dos prestatadores, servidores e magistrados do TRF1, a Terça Saudável também contribui para a qualidade de vida de quem encontra produtos de qualidade sem sair do ambiente de trabalho. "Fazia tempo que não tínhamos uma ação tão eficiente como essa. Já ouvi depoimento de uma servidora que está economizando tempo e, em vez de acordar às 6h da manhã pra fazer feira, economiza uma hora de sono ou de tempo com o filho. As pessoas estão aproveitando muito a hora do almoço ou do lanche para fazer suas compras", destaca Juliana Espíndola.

Os vendedores que apresentam seus produtos toda semana no Tribunal também realizam feiras saudáveis em outros órgãos públicos em Brasília, como no Superior Tribunal de Justiça, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), além de no CJF.





PRODUTO ORGÂNICO

Um produto orgânico é muito mais que um produto sem agrotóxicos e sem aditivos químicos. É o resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar de forma equilibrada o solo e os demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos, etc.), conservando-os por longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos.

Para oferecer ao consumidor alimentos saudáveis e mais nutritivos, o agricultor necessita trabalhar em harmonia com a natureza, recorrendo aos conhecimentos de diversas ciências como a agronomia, a ecologia, a sociologia, e economia e outras.

A produção orgânica obedece a normas rígidas de certificação que exigem, além da não utilização de agrotóxicos e drogas venenosas, cuidados elementares com a conservação e a preservação de recursos naturais e condições adequadas de trabalho.

Fonte: www.ibd.com.br



FOTOS: RAMON PEREIRA



INICIATIVA APROVADA

Pelos corredores do Tribunal é possível perceber a satisfação de quem frequenta a Terça Saudável:

“Muito interessante a ideia. Precisamos de mais iniciativas assim para incentivar os pequenos produtores” – Suelen Campos Soares (Dicap)

“Amamos a ideia da Terça Saudável. Esperamos que continue por muito tempo” – Fernanda Dal Bello Pinheiro e colegas da Asmag

“Eu adorei a iniciativa. A ideia de uma Terça Saudável combina com o ideal de qualidade de vida do servidor” – Andrea Martins Alves (gab. juiz federal Carlos Brandão)

“A iniciativa mostra que o TRF está preocupado com o bem-estar de seus servidores e colaboradores. Nota 10 para essa iniciativa” – Ivani Morais (Ascom)

“A natureza também agradece!” – Lucimar Melo (Secge) ■

Casa nova

EM NOVAS INSTALAÇÕES, A SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG OFERECE MELHOR ESTRUTURA DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO



Nova sede: espaço e acessibilidade



Instalações amplas e adequadas às necessidades da Justiça Federal

IVANI MORAIS

A Justiça Federal de São Sebastião do Paraíso/MG, desde o início de outubro, está funcionando em novo espaço, com instalações mais amplas e adequadas que contemplam, inclusive, os critérios básicos de acessibilidade para atendimento de pessoas deficientes. A solenidade de instalação da nova sede do órgão foi realizada no dia 20 de outubro, sob a direção do desembargador federal Cândido Ribeiro – presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – que dividiu o dispositivo de honra com o diretor do foro mineiro, juiz federal Miguel Angelo de Alvarenga Lopes; o diretor da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso, juiz federal Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto; o representante do presidente da Câmara Municipal, vereador Walker Américo de Oliveira; o representante do prefeito da cidade, vereador Valdir do Prado; o juiz de direito diretor do foro da Comarca da cidade, Osvaldo Medeiros Néri; o representante do Ministério Público, Gustavo Henrique Oliveira, e o presidente da OAB/Seccional de São Sebastião do Paraíso, José Carlos de Almeida.

Depois de 10 anos funcionando em espaço acanhado, agora a Subseção poderá oferecer à população da cidade e dos 14 municípios vizinhos jurisdicionados uma melhor estrutura de atendimento, com localização privilegiada, distribuída numa área de 1.538m², com amplo espaço para

a secretaria, gabinetes, salas de audiências, central de perícias, setores administrativos, arquivo judicial, sala da OAB e garagem. “É mais um passo que nós damos no sentido de tornar definitiva a presença da Justiça Federal no sul de Minas; já instalamos Passos, São Sebastião, Pouso Alegre e mais recentemente Poços de Caldas. E agora as novas instalações de São Sebastião do Paraíso”, avaliou o presidente Cândido Ribeiro, para quem o evento se reveste de grande importância, porque possibilitará a prestação de uma atividade jurisdicional com mais eficiência.

O diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Miguel Angelo, também comemorou a inauguração da sede definitiva. “Nós trabalhamos intensamente para que estas instalações estivessem totalmente equipadas no prazo previsto”, celebrou o magistrado. Ele destacou também a importância da parceria público-privada na concretização de mais essa conquista para o estado. “Passamos hoje a contar com mais uma sede de subseção judiciária instalada adequadamente em imóvel especialmente construído para abrigar a Justiça Federal. Este prédio é resultado de uma parceria bem sucedida entre a Justiça e a iniciativa privada. É uma sede maior e moderna que possibilitará uma prestação de serviço judiciário mais eficiente à população”, afirmou.

Na avaliação de Miguel Angelo, com a conclusão da



Ao lado, diretor da SSJ de São Sebastião do Paraíso, Marcelo Bassetto; presidente do TRF1, Cândido Ribeiro, e o diretor do foro da SJMG, Miguel Angelo
Abaixo, o dispositivo de honra



instalação das novas varas e subseções em 2014 em Minas Gerais, o estado vive um novo ciclo de consolidação das subseções da Justiça Federal. Com 26 subseções judiciárias para administrar, os desafios da seccional mineira são grandes. “O nosso objetivo e nosso planejamento é melhorar a infraestrutura física das nossas subseções e otimizar os escassos recursos humanos disponíveis. Exemplo disso é a inauguração deste prédio”, asseverou. “Buscamos constantemente cumprir a nossa missão de celeridade e de efetividade das decisões judiciais, e para que isso se torne realidade precisamos estar perto dos cidadãos que utilizam nossos serviços; mais do que isso, precisamos estar preparados para prestar o serviço de qualidade a nossa população”.

Também o diretor da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso, Marcelo Rossitto Bassetto, falou da importância da ocasião para todos que ansiavam por melhores condições estruturais de trabalho. “É um momento extremamente importante, e certamente foram muito esperadas as instalações em local adequado para o funcionamento da Justiça Federal”, explicou o magistrado. “Nós funcionávamos em local que não era adequado às atividades da Justiça; havia, inclusive, problemas de acessibilidade das pessoas até a sala de audiências e isso era bastante delicado (...). Então, esse anseio de instalação em local que pudesse

receber bem o jurisdicionado, em que houvesse acessibilidade, em que o julgamento pudesse ser feito numa sala de audiências acessível e com instalações adequadas a todo trabalho da Justiça Federal era antigo”, afirmou.

Bassetto agradeceu aos que colaboraram para transformar a nova sede em realidade e atribuiu à boa vontade dos servidores da Justiça, da OAB, do Ministério Público, da Diretoria do Foro de Minas Gerais e da Presidência do TRF1 o sucesso da conquista. “A boa vontade permite superar todos os obstáculos, dos mais difíceis que se nos apresentam; a boa vontade é o combustível que nos impõe a mudança, que nos impele a superar as dificuldades e essa boa vontade houve em todos os momentos”, disse.

E concluiu sua fala referindo-se a uma dívida de gratidão com a Diretoria do Foro e com a Presidência do Tribunal. “Uma dívida de gratidão que nós pagaremos com o trabalho, pagaremos com dedicação (...), com empenho, boa vontade para contribuir para uma sociedade mais justa e mais solidária”.

Prestigiaram a solenidade, entre outras autoridades, o diretor-geral do TRF1, Carlos Frederico Maia Bezerra; o secretário-geral da Presidência do TRF1, Deyr Gomes Junior; o diretor da Secad/MG, Arnaldo Silva Mendes, além de servidores da Justiça Federal e convidados. ■

Direito à saúde

SJDF INAUGURA SALA DE PERÍCIAS PARA ATENDER DEMANDAS DE TODO O PAÍS POR MEDICAMENTOS PARA DOENÇAS RARAS



Audiência de conciliação garante tratamento a portadora de doença rara

THAINÁ SALVIATO COM INFORMAÇÕES DA SECOS/SJDF

Devido ao grande volume de processos envolvendo o fornecimento de medicamentos para o tratamento de doenças raras que tramitam na Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), foi inaugurada, no dia 14 de outubro, uma sala para realização de perícias das varas cíveis da SJDF especificamente para esse fim.

A iniciativa faz parte de um projeto piloto desenvolvido por 13 juízes federais da Seccional que visa acelerar e viabilizar a realização das perícias médicas com especialistas na análise dos casos que envolvem doenças raras, para que, imediatamente após o atendimento, seja realizada audiência de conciliação e inspeção judicial.

O projeto foi idealizado quando os juízes identificaram a grande dificuldade na realização de perícias médicas para o tratamento de doenças raras – muitas vezes pela ausência, em certas localidades, de profissionais aptos para

o diagnóstico. Outro empecilho é o valor pago para uma única perícia por envolver demanda tão complexa, fato que vinha dificultando o célere julgamento de mérito dessas ações (tendo havido casos, inclusive, de demandas ficarem paradas por mais de dois anos pela falta de perícia médica).

Desta forma, para facilitar o andamento processual das cerca de mil ações judiciais dessa espécie que tramitam na SJDF, também foi firmada uma parceria com o Conselho Federal de Medicina e a Associação Nacional dos Peritos Médicos, facilitando o acesso de profissionais capacitados para a realização das perícias.

A juíza federal Diana Wanderlei, coordenadora do projeto, afirmou que a ação, iniciada em outubro, terá continuidade em novembro. Em seguida, a iniciativa será apresentada a todos os juízes federais das 17 varas cíveis que compõem a SJDF. A magistrada ressaltou, ainda, que o trabalho vai pro-

porcionar uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz. "Com a vinda do autor do processo e a realização da perícia por um perito idôneo e competente para tal finalidade, nós vamos realizar as audiências de conciliação já com o laudo preliminar, o que facilitará a tentativa de conciliação e a inspeção judicial".

A expectativa da magistrada é que nestes dois meses de desenvolvimento do projeto sejam realizados mais de 200 procedimentos que envolvem perícia, conciliação e inspeção judicial relacionados às demandas referentes a doenças raras. Com a implantação da sala, a realização da perícia e a decisão podem sair em um curto prazo, entre 30 e 40 dias após a propositura da ação.

Diana Wanderlei destaca a importância do projeto não só para a população do Distrito Federal, mas para todo o Brasil, já que a SJDF possui foro nacional, ou seja, pode receber ações ajuizadas por pessoas de qualquer região. Isso porque a Constituição Federal, no artigo 109, estabelece que as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal. "Esse é o diferencial, poder atender a demandas de todo o País e entregar, da melhor forma possível, uma Justiça célere e com qualidade", reforça a magistrada.

A coordenadora do projeto alerta para a necessidade de diferenciar doenças raras de doenças incapacitantes e/ou terminais. De acordo com a Portaria nº 199 do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, são consideradas doenças raras aquelas que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos, ou seja, 1,3 pessoas para cada dois mil indivíduos. Essa é uma das principais razões pelas quais as perícias especializadas oficiais são importantes para que o Judiciário possa analisar cada caso antes de conceder o acesso a esses medicamentos, quase sempre importados e muito caros. "O laudo pericial e o contato do juiz com a parte logo no início do processo são fundamentais para que a decisão seja justa e proporcional", complementa a juíza Diana.

Alto custo – a sala de perícias inaugurada na SJDF vai ajudar centenas de pessoas que lutam diariamente contra doenças que, além de muito graves, só podem ser controladas com medicações específicas e muito caras. É o caso da advogada Christine Linhares, que

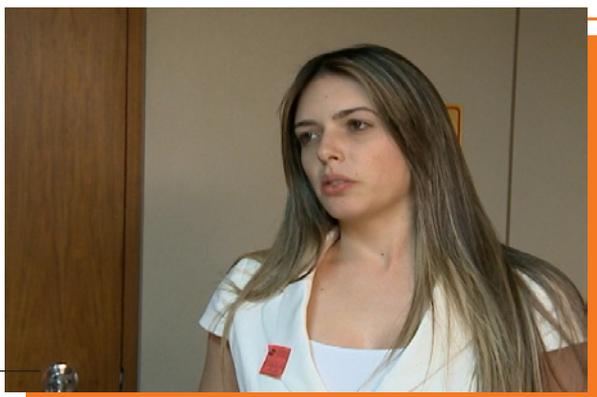


"Com a vinda do autor do processo e a realização da perícia por um perito idôneo e competente para tal finalidade, nós vamos realizar as audiências de conciliação já com o laudo preliminar, o que facilitará a tentativa de conciliação e a inspeção judicial"

**Juíza federal Diana Wanderlei,
coordenadora do projeto**

sofre de Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN), cujo tratamento depende do remédio apelidado de 'o mais caro do mundo'. "Em 2000 eu tive um diagnóstico de anemia aplástica. Eu estava muito anêmica, bem cansada, com manchas pelo corpo e, em 2007, eu tive o diagnóstico de HPN. O tratamento era basicamente o mesmo, mas o HPN tem possibilidade de usar um medicamento que proporciona uma vida melhor, evitando episódios de trombose, por exemplo", explica a advogada.

A HPN resulta de uma mutação genética que prejudica a síntese de Glicosilfosfatidilinositol (GPI), um composto acrescentado a determinadas proteínas para fixá-las à membrana externa das células. A deficiência de GPI leva à formação de células frágeis e, no caso da doença, provoca a destruição dos glóbulos vermelhos do sangue (hemólise).



HPN é uma anemia crônica adquirida rara, complexa e que não apresenta sinais específicos. Sua denominação deriva da crença antiga de que a hemólise só acontecia na parte da noite, mas hoje já se sabe que a destruição é crônica e acontece diariamente. O principal sintoma é a urina vermelha ou amarronzada (hemoglobinúria), geralmente no período da manhã. Outras manifestações também podem ocorrer como falta de ar, palidez, fraqueza, deficiência de ferro, sangramentos, trombose, aumento de tamanho dos rins, cefaleia, além de leucemia e de infecções.

O tratamento da doença exige a utilização do primeiro e único medicamento a demonstrar eficácia no seu combate, o Eculizumab – Soliris. Aprovada pelo Food and Drug Administration (FDA) e pela European Medicines Agency (Ema), a droga é capaz de estabilizar os níveis de hemoglobina, reduzir a hemólise e melhorar significativamente a qualidade de vida. No entanto, encontrado somente no exterior, o medicamento foi considerado o mais caro do mundo em pesquisa realizada pela revista norte-americana Forbes (2010). O vidro com 30 ml custa cerca de R\$ 15 mil, sendo que cada paciente precisa tomar pelo menos três frascos a cada 15 dias. Além dessas doses, que devem ser tomadas por toda a vida ou até que a cura seja encontrada, é preciso ainda utilizar outras medicações como antibióticos e analgésicos.

É exatamente o custo milionário do tratamento dessa e de outras doenças raras que ratifica a necessidade de projetos como o desenvolvido pela Justiça Federal do Distrito Federal. “O custo é muito alto, e apenas com ajuda da Justiça e do Estado é possível comprar o medicamento”, ressalta Christine. Ela garantiu o recebimento das ampolas por meio de uma decisão liminar, mas ainda aguardava a sentença. Isso porque o processo dependia da realização de perícia, que foi feita durante a inauguração da sala de perícias das varas cíveis da SJDF.

A sala de perícias será uma forte aliada para que a Justiça Federal da Primeira Região consiga dar mais agilidade ao julgamento desses casos. “Não há dúvida de que o principal benefício é a celeridade processual. A perícia é necessária, e nós tínhamos dificuldade em realizar perícias em todo o Brasil porque as partes são de todos os estados. Com essa dificuldade, havia uma demora na resolução dessas lides”, afirma o juiz federal Paulo César Lopes, um dos magistrados idealizadores do projeto.

Para Sandra Ortiz, advogada que presta assessoria jurídica para diversas associações e que representa alguns pacientes, a iniciativa é de grande valia: “é muito importante, falando pelos pacientes, pois é mais uma abertura que proporciona mais transparência e legitimidade”.



Além da coordenadora, juíza federal Diana Wanderlei (5ª Vara), e do juiz federal Paulo César Lopes (13ª Vara), o projeto conta com a participação de outros 11 magistrados da SJDF: Kátia Balbino de Carvalho Ferreira (3ª Vara); Daniele Maranhão Costa (5ª Vara); Rodrigo Parente Paiva Bentemuller (6ª Vara); Luciana Raquel Tolentino de Moura (7ª Vara); Márcio de França Moreira (8ª Vara); Edna Márcia Silva Medeiros Ramos (13ª Vara); Waldemar Claudio de Carvalho (14ª Vara); Eduardo Santos da Rocha Penteado (14ª Vara), Adverci Rates Mendes de Abreu (20ª Vara), Renato Coelho Borelli (20ª Vara) e Marianne Bezerra Sathler Borré (21ª Vara). Esse quadro ainda deverá ser ampliado devido à mobilização diante da importância do projeto. A inserção de novos magistrados está prevista para fevereiro de 2016. ■





EUROPA RECEBEU MAIS DE 700 MIL MIGRANTES PELO MEDITERRÂNEO EM 2015

Mais de 700 mil migrantes chegaram em 2015 à Europa através do Mediterrâneo e 3.210 morreram ou desapareceram durante a travessia, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).

No total, foram 705.200 os migrantes que atravessaram o Mediterrâneo, 562.355 dos quais chegaram pela Grécia e 140.000 pela Itália.

De acordo com o Acnur, os sírios representam um pouco mais da maioria dos que chegam, atingindo os 64% no caso da Grécia.

“O número de chegadas continua a ser elevado na Grécia, apesar da deterioração das condições meteorológicas no fim de semana”, disse por meio de nota, enviada à imprensa, a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Segundo a OIM, 5.239 pessoas chegaram à Grécia no sábado (24) e 4.199 no domingo (25).

Desde o início do mês de outubro, mais de 160 mil migrantes chegaram à Grécia vindos da Turquia, 99 mil dos quais desembarcaram em Lesbos, 22 mil em Chios, 21,5 mil em Samos e cerca de 7,5 mil em Léros, adiantou.

À Itália chegaram 7.230 migrantes em outubro, contra mais de 15 mil no mesmo período do ano passado. A OIM atribui a diminuição ao fato de os sírios seguirem agora essencialmente pela Turquia e pela Grécia.

27/outubro/2015

Agência Lusa



NÚMERO DE IMIGRANTES QUE TRABALHAM LEGALMENTE NO PAÍS CRESCEU EM CINCO ANOS



O número de estrangeiros que assumiram vagas no mercado de trabalho no Brasil cresceu 126% entre 2010 e 2014. A alta na contratação de imigrantes que chegaram ao País em busca de emprego e de melhores condições de vida se manteve no primeiro semestre de 2015 e esteve alheia à crise econômica e aos crimes de xenofobia enfrentados por esses cidadãos — como o que resultou na morte de um haitiano em Santa Catarina, este mês.

Os dados fazem parte de um estudo divulgado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), comitê ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que traçou um perfil dos imigrantes que trabalham formalmente no Brasil. Em quatro anos, esse número saltou de 69.015 para 155.982. A maioria (81%) é homem, com formação de nível médio a superior e idade entre 20 e 49 anos.

27/outubro/2015

Correio Braziliense

COM 1,4 MILHÃO DE CASOS EM TODO BRASIL, DENGUE BATE RECORDE

Depois de registrar recorde de mortes por dengue no ano, o País acaba de alcançar em 2015 também o maior número de casos notificados da doença desde 1990, quando as estatísticas começaram a ser monitoradas. Segundo o mais recente boletim epidemiológico de dengue do Ministério da Saúde, foram 1.463.776 casos prováveis da doença registrados de 4 de janeiro até 26 de setembro no Brasil. O recorde anterior, de 2013, era de 1.452.489 pessoas infectadas. O número, de acordo com o Ministério, é quase o triplo do registrado no mesmo período do ano passado, quando 524.441 pessoas ficaram doentes.

De acordo com o boletim, a alta de registros foi puxada pelo Sudeste, que concentra 64% dos casos. Os quatro estados da região somaram 937.599 pessoas infectadas. Em todo o Brasil, 18 estados registram nível epidêmico da doença, ou seja, quando o número de casos por 100 mil habitantes é superior a 300.

26/outubro/2015

Estadão





Tomara que chova!



THAINÁ SALVIATO

Tomara que chova, é o desejo de muitos nesses dias de intenso calor e o mote da exposição “Tomara que chova! – arte em guarda-chuva” do artista visual Duca, como é conhecido o servidor da Seção de Comunicação Social da Seção Judiciária de Goiás, Carlos Eduardo Rodrigues Alves. De acordo com o artista, a mostra, que ficou exposta no período de 9 a 23 de outubro, na Casa da Memória da Justiça Federal, no Centro de Goiânia, foi motivada pela falta de chuva e pelos problemas ambientais que crescem a cada dia. “Pintei em guarda-chuvas imagens inspiradas

na natureza e nas cidades, pois, com a falta de chuva, esse equipamento vai acabar se transformando em um objeto sem uso prático”, explicou.

Nascido na capital mineira, Belo Horizonte, há “muitos janeiros”, o artista conta que trabalhou como ator e diretor de teatro dos 16 aos 43 anos de idade, quando entrou para a Justiça Federal. “Aqui, com seis meses de casa, apresentei um pequeno monólogo de Tchekov, um autor russo, no auditório. Há cinco anos, aos 60 anos de idade, comecei a pintar e tomei gosto”, disse ele.



Sua primeira exposição foi intitulada “Retratos malfalados” e integrou as comemorações dos 45 anos da Justiça Federal de Goiás. Depois, o artista participou de duas exposições coletivas, também em Goiânia, na Assembleia Legislativa e na Galeria Kasebre. Agora, motivado pela prolongada seca, resolveu montar a ‘Tomara que Chova’: “o suporte, no caso um guarda-chuva, interfere na criação e, assim, surge o inesperado que procuro em minhas criações. Sempre fujo do realismo e tento passar a realidade de maneira não óbvia, surpreendendo, para atingir uma

emoção e um estranhamento que envolvam o observador”.

Na série de 10 guarda-chuvas, que ele considera uma instalação, usou tinta acrílica para compor as peças. “Posso considerar que a exposição é uma instalação, pois todos os elementos, interdependentes, compõem um conjunto orgânico que ocupa o espaço que une a entrada da Rua 20 da Justiça Federal ao Edifício-Sede”, destaca o artista. ■

Contatos:

(62) 9428-0220

ducarodriguesalves@uol.com.br



“Biblio... o quê”?

“Biblio... o quê”? É assim que as pessoas costumam reagir ao questionar-me sobre a minha formação profissional. Sim! Bi-bli-o-te-co-no-mia! Com orgulho! Tenho o prazer de falar que trabalho no ramo profissional que escolhi e no qual me sinto feliz. E tenho mais orgulho ainda quando verifico o resultado do meu trabalho nos processos julgados no TRF1. Pretensão a minha? Não! Somos nós bibliotecários que colocamos a doutrina e a legislação publicada e organizada à disposição de nossos usuários. Vamos às explicações.

O bibliotecário jurídico é o profissional especializado em informação na área do Direito com conhecimento das fontes doutrinária e legislativa, do vocabulário jurídico e da estrutura do Poder Judiciário. As atividades desse profissional incluem: planejamento orçamentário, seleção para novas aquisições, catalogação, classificação, análise do conteúdo para indexação, atendimento de pesquisa, desenvolvimento e uso de novas tecnologias para serviços e produtos (em parceria com os profissionais de tecnologia, claro!), entre outras.

É comum ouvir falar que a profissão do bibliotecário está no fim. O bibliotecário jurídico, ainda mais. Afinal de contas tudo está *on-line*! E, por isso, a maioria dos usuários sente-se independente em suas pesquisas. No entanto, as bases de dados de informações jurídicas não são gerenciadas automaticamente. Alguém precisa fazer a negociação de aquisição, analisar as funcionalidades, tornar possível a disponibilização para o usuário e, o mais importante, incluir, organizar e gerenciar as informações do sistema, seja no catálogo *on-line* da biblioteca ou em outra base de dados.

As habilidades para desempenhar tudo isso foram adquiridas há centenas de anos, com a organização de materiais que evoluíram dos tabletes de argila, rolos de papiro, pergaminho até o livro impresso. A diferença é que agora falamos de informações em outros tipos de suporte, mas

os princípios de organização são os mesmos. Não vale a pena, neste artigo, nomear as similaridades de organização de antes e de agora, pois se trata de informações técnicas. Mas, acreditem! As técnicas de organização da informação são bem antigas. Não é preciso retomar tanto tempo atrás, como no tempo da Biblioteca de Alexandria da Antiguidade, mas as bibliotecas constituídas pelos primeiros bibliotecários formados em universidades - como no final do século XIX, nos Estados Unidos e início do século XX no Brasil - já possuíam as técnicas de organização que usamos ainda hoje, e aplicamos o mesmo modelo em sistemas de informações.

Mesmo que as tecnologias de informação tenham alterado a forma de trabalho do bibliotecário, os suportes de informações e os hábitos de leitura, escrita e pesquisa dos usuários, isso não significa o fim da biblioteca. Pelo contrário! Os livros impressos continuam vivos, e os bibliotecários precisam continuar a manter o acervo físico e, também, o digital para preservação e disseminação do conhecimento.

E o Google? É uma ferramenta maravilhosa para acessar informações pontuais e rápidas. Mas é preciso saber usá-lo nas pesquisas para fins profissionais e acadêmicos. Um profissional da área do Direito não quer um resultado com um milhão de itens. Quem garante que a informação mais adequada é aquela encontrada na primeira página e não a outra que está na centésima página? O magistrado quer a informação exata que lhe permitirá tomar a decisão mais acertada, o mais rápido possível. O tempo urge. E o bibliotecário detém as fontes de informações corretas, técnicas de pesquisas adequadas e contatos com outras bibliotecas que tornam o resultado da pesquisa mais confiável.

A Biblioteca Ministro Adhemar de Barros, sob a direção da bibliotecária Márcia Mazo e sua brilhante equipe, está totalmente imbuída do novo contexto da profissão. Em julho

de 2014, o Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal e a Imprensa Nacional para publicação dos atos judiciais encerrou-se. O Tribunal precisava publicar suas matérias judiciais. Em julho de 2013, a Biblioteca, utilizando-se do *software* DSpace, desenvolveu sua biblioteca digital para armazenar, atualizar e manter em uma única base todos os atos administrativos do Tribunal. Foi um projeto de sucesso, o que fez com que fosse convidada para, junto com a Secretaria de Tecnologia da Informação, desenvolver um sistema de publicação de atos judiciais, cujo produto foi o Diário de Justiça Eletrônico da Primeira Região, resultando numa economia considerável para a instituição.

Estamos sempre em treinamento para melhorar o desempenho de nossas atividades. Particularmente, estou numa busca constante de aperfeiçoamento profissional, especificamente em países desenvolvidos. Quero saber como esses bibliotecários, com salários que variam de \$60,000 a \$150,000 mil dólares ao ano, agem com os novos usuários e como usam as novas tecnologias no desenvolvimento de serviços e produtos das suas bibliotecas.

Em setembro do corrente ano fui a Berlim, na Alemanha, para a Conferência Anual de Bibliotecários Jurídicos (IALL's 34th Annual Course), promovida pela *International Association of Law Libraries*. Minha participação foi financiada pela *Federal Association of German Library and Information Associations*, depois de uma avaliação de currículo e cartas de recomendação.

Ouvi experiências profissionais diversas de bibliotecários jurídicos de empresas privadas e universidades da Alemanha, Estados Unidos, Filipinas, Austrália e até da Turquia (Istambul). Foram discutidos diversos temas do Direito Alemão e da Biblioteconomia. Considero que a melhor palestra do evento foi a da pesquisadora Hannah Birkenkotter, da Humboldt University Berlin. Ela abordou o impacto dos

blogs jurídicos na comunidade científica para compartilhamento de ideias. É claro que muitos *blogs* têm informações duvidosas, que podem influenciar erroneamente uma determinada comunidade. Por outro lado, se os *blogs* forem de instituições e de profissionais reconhecidos, por que não considerar a informação publicada para pesquisa e tomada de decisões? Os artigos publicados em revistas científicas deixaram de ser o único canal de informação.

Outro tema abordado no evento foi a acessibilidade em bibliotecas. Assunto extremamente importante que deverá ser considerado no espaço da biblioteca do novo prédio do TRF1, previsto para 2019.

A visita à Biblioteca do *Bundestag*, o Parlamento Alemão, foi uma experiência memorável, já que a biblioteca não é aberta ao público externo. Os dados estatísticos apresentados mostram que as bibliotecas brasileiras ainda estão longe dessa realidade. Vamos aos números: 1.5 milhão de dólares de orçamento anual, 85 bibliotecários, 15.000 itens adquiridos por ano, 8.000 assinaturas de periódicos, 100 assinaturas de jornais eletrônicos, 4100 usuários, 600 solicitações de pesquisa ao ano, 30 mesas individuais com *notebooks* e impressoras para os usuários e 60 mesas de leitura. É claro que os profissionais têm o seu papel de agir proativamente e com inovação, mas não há como mover-se rumo ao futuro sem apoio político e financeiro.

Ao refletir sobre a viagem, fico desanimada com a profissão por uns minutos, pois as comparações são inevitáveis, mas, ao mesmo tempo, eu me empolgo em continuar persistindo em busca de melhores serviços e produtos para os magistrados e servidores do TRF1. O objetivo é: melhorar sempre! ■

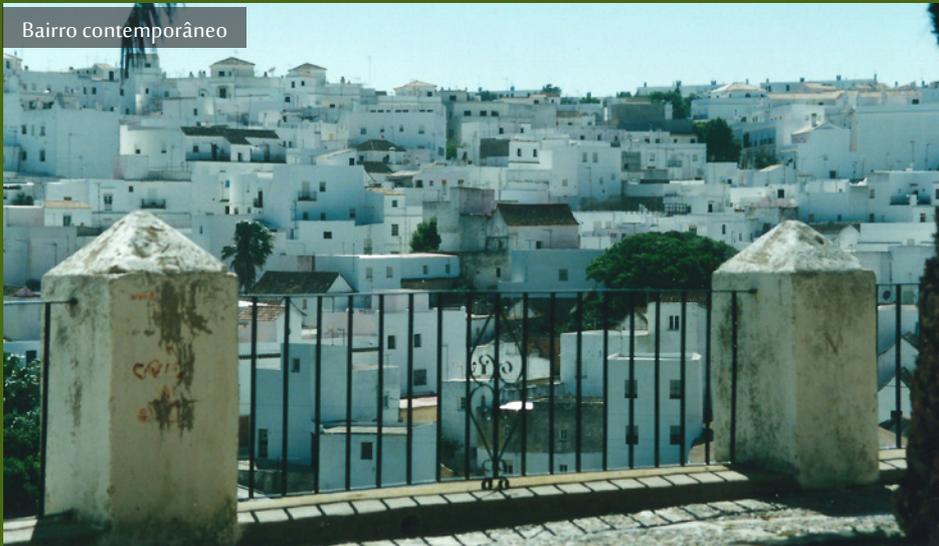
*Supervisora - Bibliotecária da Seção de Atendimento ao Usuário – Sereu/Dibib/TRF1

POR aí



Jardim da Catedral

Bairro contemporâneo



Passeio de carruagem



Plaza de Toros





Plaza da Espanha

Sevilha - Cheia de Vida

▼ EUVALDO PINHO*/TS

NESTA EDIÇÃO, VAMOS CONHECER SEVILHA, CIDADE ESPANHOLA SITUADA AO SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA E CAPITAL DA PROVÍNCIA DE SEVILHA. EUVALDO PINHO DESTACA A FAMOSA CATEDRAL, AS BELAS PAISAGENS E OS TRAÇOS MARCANTES DA CULTURA LOCAL. CONFIRA!

Vamos à Espanha visitar Sevilha, aonde fui parar graças ao mau tempo reinante no Mar Mediterrâneo. Agradeço a Deus, pois tive a oportunidade de documentar, sem nenhum exagero, uma das mais belas catedrais do mundo, em que passei o dia inteiro fotografando aquela matriz interna e externamente. É algo indescritível que, com o auxílio das imagens, vou tentar mostrar a vocês.

Estávamos aportados em Cádiz, Espanha, aguardando que diminuísse o “levante”, vento forte e perigoso à navegação, para continuarmos a navegar pelo Mar Mediterrâneo. Enquanto esperávamos, decidimos alugar dois carros para conhecermos as redondezas e a tão falada cidade de Sevilha. Partimos para uma das mais quentes cidades espanholas, onde se fala, e eu constatei, que é uma cidade colorida, alegre e cheia de vida. Diz-se que os sevilhanos vivem e convivem na rua e, de certa forma, isso é verdade. Visitamos monumentos e museus únicos, assistimos a espetáculos, sempre com o melhor acolhimento possível.

Ficamos mais uma vez encantados com a arquitetura espanhola ao caminharmos por suas ruas, melhor maneira, do meu ponto de vista, de conhecer algum lugar. Foi, então, que nos deparamos com uma séria dúvida: entraríamos ou não para assistirmos a uma tourada na Plaza de Toros de La Maestranza? A Praça de Touros de Sevilha é de propriedade da Cavalaria





Catedral de Sevilha



Moldura de porta



Río Guadalquivir



Construção típica



Cores nas sacadas



Torre dos sinos



La Giralda



Ruelos do centro



Real, uma corporação formada de cavaleiros de famílias nobres antigas que realizam inúmeras atividades filantrópicas no município. Culturalmente, nada demais para eles, mas, para nós, assistirmos à tortura e ao abate de um animal como meio de distração, era muito agressivo. Pouparei vocês da mostra de fotos que fiz da tourada por achar que as imagens são muito sanguinolentas, lembrando as festas romanas com a luta dos gladiadores e dos leões. Realmente, não gostei do espetáculo...

Entre uma conversa e outra, soubemos que a principal festa de Sevilha é na Semana Santa, quando um terço da população participa nas confrarias como irmãos da luz "costaleros" ou membros de uma banda. A outra é a "Feria de Abril", de caráter folclórico com pessoas de toda a Espanha que se reúnem para cantar e dançar nas "casetas" (barracas em forma de tendas). Infelizmente, não presenciamos a festa, mas fica a dica.

A Catedral de Sevilha também conhecida como Catedral de Santa Maria da Sede é a maior da Espanha e a terceira maior do mundo. É também o maior edifício gótico do mundo e juntamente com sua torre, a Torre de Giralda, formam as suas maiores atrações. As imagens dos telhados e jardins obtidas de suas escadarias, assim como da torre dos sinos, são indescritíveis. As ruas do centro de Sevilha visitadas a bordo de uma carruagem ficam mais visíveis e coloridas. A Plaza de Sevilha e as molduras para as fotos que consegui nos remetem a um passado sem igual.

A propósito, muito cuidado com a Sangria (bebida à base de vinho tinto ou de vinho branco, suco de fruta, pedaços de frutos e açúcar) e com o sabor inusitado de uma legítima Paella espanhola para não correr o risco de querer voltar! ■

*Euvaldo Pinho é servidor aposentado da JFBA e colaborador da revista
Fotos e legendas do autor

1º DE OUTUBRO

Dia do Idoso



Um novo começo

A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS E UMA ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA SÃO PONTOS ESSENCIAIS PARA UMA VIDA SAUDÁVEL NA TERCEIRA IDADE

▼ AMANDA MARTINS/TS

A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que o Brasil possui, hoje, aproximadamente 26,1 milhões de pessoas idosas, o que corresponde a 13% da população.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, o envelhecimento populacional é uma tendência mundial para as próximas décadas. Uma em cada nove pessoas tem 60 anos de idade ou mais. Os indicadores de saúde no Brasil têm melhorado nos últimos anos e isso se reflete no aumento da expectativa de vida de homens e mulheres, que passou de 62,7 para 73,9 anos entre 1980 e 2013. Essa mudança se deve aos cuidados com a alimentação, aos avanços da medicina, à melhoria das condições sanitárias e socioeconômicas, à maior preocupação com a prática de atividades

físicas, além de à redução da mortalidade materna e infantil, com a ampliação do acesso a vacinas e medicamentos gratuitos, à melhoria do atendimento às mães e aos bebês, ao enfrentamento das doenças crônico-degenerativas e à redução das chamadas mortes violentas.

O servidor da Divisão de Engenharia (Dieng) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região Renival dos Santos Costa, 63 anos, vive de forma saudável com prática de exercícios físicos e uma boa alimentação. Renival pratica caminhadas, corridas de ruas, escaladas e adora conhecer lugares dife-



CARLOS RODRIGUES

CUIDE-SE...

rentes e novos. “É uma satisfação fazer atividade física, é prazeroso”, destaca o servidor. Segundo ele, a preocupação com a alimentação e a prática de atividade física chegou um pouco tarde, pois na juventude essa preocupação não existe. “Não vivo de dieta. Como de tudo um pouco, mas me policio em certos alimentos, como aqueles que contêm muitos conservantes e corantes; graças a isso, não tenho grandes problemas de saúde, porque viver é bom, mas viver com saúde é melhor ainda, e eu estou na minha melhor fase”, comemora.

A Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivo de sensibilizar a sociedade para a necessidade de valorizar a população idosa, criou o Dia Internacional do Idoso, em 1990. O Brasil também adotou essa tática estabelecendo o dia 1º de outubro como o Dia Nacional do Idoso. Para incentivar boas práticas com as pessoas idosas, o Ministério da Saúde realiza anualmente o Mapeamento de Experiências Exitosas Estaduais e Municipais no Campo do Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. A iniciativa integra, desde 2013, a agenda anual da Coordenação de Saúde do Idoso em parceria com o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICCT/Fiocruz). O objetivo é incentivar os gestores a fomentarem estratégias e ações que contribuam na qualificação do cuidado à pessoa idosa no Sistema Único de Saúde (SUS), como oficinas de prevenção de quedas e fraturas, além da distribuição da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa.

A Caderneta tem o acompanhamento de cinco anos, e é pelo registro dela que se conduzem as informações sobre dados pessoais, sociais e familiares das condições de saúde do idoso e seus hábitos de vida, identificando vulnerabilidades, além de oferecer orientações para o autocuidado, como a prevenção de quedas. Também existe o Caderno de Atenção Básica Sobre o Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa que oferece subsídios para facilitar a prática diária dos profissionais que atuam na Atenção Básica. Outra ferramenta importante é o fomento a estudos nessa área temática, que orienta a formulação de políticas de cuidados às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade clínica e/ou social, considerando, inclusive, os desafios do envelhecimento populacional.

Outro programa importante de atendimento ao idoso é o ‘Farmácia Popular’, que garante o acesso gratuito a medicamentos que compõem a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename). Além disso, há Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para doenças e agravos que acometem prioritariamente esse segmento da população como o Mal de Alzheimer, o Mal de Parkinson e a Osteoporose. O Programa Nacional de Imunização (PNI) também é um ponto de assistência de grande relevância. A adesão dos idosos à Campanha de Vacinação contra Gripe aumentou ao longo dos anos. Em 2010, 15,3 milhões de pessoas acima de 60 anos receberam a vacina, o que representa 79% dessa população. Em 2014, foram vacinadas 17,9 milhões de pessoas acima de 60 anos, 86,7% do público-alvo.

O dia 20 de outubro integra o Calendário Anual da Saúde do Ministério da Saúde como o Dia Mundial e Nacional contra a Osteoporose. Trata-se de uma doença ou condição metabólica que se caracteriza pela diminuição progressiva da densidade óssea e pelo aumento do risco de fraturas.

A osteoporose é uma doença silenciosa, e seu primeiro sintoma pode aparecer quando o mal está em uma fase mais avançada, em que é comum a ocorrência de fratura espontânea de um osso que ficou poroso ou muito fraco. Seu diagnóstico pode ser feito por raios X.

Para prevenir, devem-se adotar medidas desde a infância e, especialmente, na adolescência para garantir a formação da maior massa óssea possível. Portanto, é preciso colocar em prática três medidas básicas: ingerir cálcio, tomar sol para fixar a vitamina D no organismo e fazer exercícios físicos.

A osteoporose pode ter várias causas. É indispensável determinar o que provocou a condição antes de propor um tratamento. As recomendações são: fazer dieta com alimentos ricos em cálcio, como leite, queijos e iogurtes, porque o cálcio é fundamental para a recomposição da estrutura óssea e, em pacientes com dieta pobre em laticínios e com pouca exposição ao sol, inserir suplementos de cálcio e vitamina D.

É importante destacar que, embora seja mais incidente em mulheres, a osteoporose também afeta os homens.

Fonte: drauziovarella.com.br

30 de outubro

Dia 30 de outubro comemora-se o Dia Nacional da Luta contra o Reumatismo, que é uma doença nas articulações, músculos, ligamentos e tendões de caráter não traumático que acomete pessoas mais idosas.

As doenças reumáticas acometem não só as articulações e cartilagens, mas também órgãos internos como coração e rins, e para a grande maioria delas existem fundamentos imunológicos bem definidos. O seu tratamento é feito com antibióticos e cortisona. Entretanto, diversos laboratórios estão à procura de novas formulas que tragam mais benefícios e menos efeitos adversos.

Fonte: drauziovarella.com.br

Envelhecer não significa necessariamente adoecer. A vacinação é essencial, pois protege o corpo contra os vírus e as bactérias que provocam vários tipos de doenças graves que podem afetar seriamente a saúde e levar à morte. Nos idosos, a vacinação é muito mais considerável, porque a pessoa idosa tem a imunidade do corpo mais frágil. O Ministério da Saúde oferece gratuitamente um grande número de vacinas contra diversas doenças graves. São recomendadas para a população com 60 anos ou mais: Vacina Influenza; Vacina Pneumocócica 23-Valente; Difteria e Tétano (DT/dupla adulto); Febre Amarela e, por último, a Hepatite B. Esses programas de atenção ao idoso são importantes, porque pelo fato de as pessoas em idade avançada serem mais sensíveis, vacinas e cuidados especiais são estritamente necessários.

Todo cuidado é pouco – No tempo seco a desidratação vem de forma agressiva, e o idoso tem que ter uma atenção e uma precaução maior, pois é mais vulnerável e desidrata com mais facilidade. A desidratação não está apenas relacionada a pouca ingestão de líquidos, mas também à utilização de medicamentos que podem fazer o paciente urinar mais vezes, liberando um volume ainda maior de líquido todos os dias. Nas pessoas mais velhas, a desidratação pode aumentar o risco de quedas, infecções no trato urinário, doenças dentais, distúrbios broncopulmonares, pedras nos rins, câncer, constipação e perda da função cognitiva.

Para evitar a desidratação, é necessário seguir algumas recomendações: ingestão de líquido ao longo do dia, mesmo se a pessoa não estiver com sede, evitando copos grandes e cheios. Prefira copos pequenos e pouca quantidade várias vezes ao dia. Alimentos ricos em líquido como frutas aquosas (melancia, melão e laranja), sopas, picolés ou gelatinas também são bons aliados para a prevenção da doença.

As principais causas de internações de idosos na rede pública e em hospitais conveniados ao SUS em 2014 foram:

doenças do aparelho circulatório (24,5%); doenças do aparelho respiratório (14,9%); doenças do aparelho digestivo (10,4%); neoplasias (10,3%); pneumonias (8,5%). As principais causas de morte de idosos em 2013 foram doenças do aparelho circulatório (34,7%); neoplasias (17,2%); doenças do aparelho respiratório (14,5%); doenças cerebrovasculares (10,5%) e doenças isquêmicas do coração (10,4%).

Segundo o médico geriatra Carlos Ramos, o cuidado deve ser feito na gravidez, em que a mãe com o pré-natal já começa a cuidar da velhice da pessoa. “Todos têm que ter uma precaução na alimentação e nos exercícios físicos, mas isso tudo de acordo com sua condição e idade. Uma pessoa que deixa para se alimentar e se exercitar muito tarde tem que fazer um acompanhamento médico”, explica o especialista.



CARLOS RODRIGUES

O acúmulo de osso, no organismo, ocorre até os 20 anos, quando se inicia o gasto natural dessa reserva, por isso é tão importante o cuidado desde a infância. “A dica é se cuidar sempre na sua faixa de idade, pois cada fase tem sua importância, e o segredo para viver é gostar de viver”, afirma Carlos Ramos.

No TRF da 1ª Região, a Secretaria do Bem-Estar Social (Secbe) realiza acompanhamento voltado aos servidores beneficiários do Pro-Social por meio de uma empresa especializada em auditoria, que realiza acompanhamento na rede de hospitais credenciados ao Programa e, por meio de relatórios, informa à Secbe quando algum beneficiário ou dependente está internado. O acompanhamento a pessoas idosas recebe atenção especial. ■

GOIÁS

Mineradora é condenada por extrair minério sem autorização

▼ POR CARLOS EDUARDO RODRIGUES ALVES - SECOS/GO

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) outorgou a uma mineradora licença para realização de pesquisa relativa ao mineral filito, em propriedade situada no município de Vila Propício-GO.

Posteriormente, a empresa apresentou requerimento de autorização para extração de 35.000 toneladas do minério, mas antes da decisão sobre o requerimento ficou constatado que a empresa passou a extrair, beneficiar e comercializar o mineral sem autorização do DNPM, o que provocou a paralisação de suas atividades.

Alguns meses depois foi realizada nova vistoria e verificou-se que a empresa não havia paralisado a atividade conforme fora determinado. Foram encontradas três frentes de trabalho no local, cujas medições indicaram a extração em 15.010 metros cúbicos de filito.

A juíza federal Maria Maura Martins Moraes Tayer não acolheu o argumento da ré de que tenha realizado a extração do minério antes da expedição da autorização em virtude do atraso na apreciação do requerimento administrativo. A magistrada ressaltou que tanto a Constituição quanto o Código de Mineração dispõem que os recursos minerais são bens da União, e que o aproveitamento das jazidas depende de alvará de autorização de pesquisa do diretor-geral do DNPM e de concessão de lavra, outorgada pelo ministro de estado de Minas e Energia.

Se o particular detém apenas a autorização para pesquisa, não pode explorar comercialmente o minério. “Aliás, a atividade de lavra sem autorização da autoridade competente é tipificada em lei como crime (art. 55 da Lei nº 9.605/98)”, observou a juíza.

No entendimento da magistrada, o eventual atraso no exame do requerimento administrativo não afasta a ilicitude da conduta, autorizando apenas o particular a ingressar, se for o caso, com a ação própria visando ao exame do fato pelo Poder Judiciário.

Comprovada a prática de ato ilícito, configura-se o direito da União ao produto extraído, conforme já decidiu o TRF1 em caso semelhante. Como a mineradora comercializou o produto extraído da jazida, deve pagar indenização pelo valor correspondente, conforme estimativa contida em relatório técnico.

Ante o exposto, a juíza julgou procedente o pedido da União para condenar a ré a pagar a indenização no valor de R\$ 2.467.000,00, acrescidos de correção monetária e de juros de mora pelos índices fixados no Manual de Cálculos da Justiça Federal. ■

Processo nº: 53320-87.2011.4.01.3500/GO

TOCANTINS

Fazenda no interior do Tocantins é desapropriada para reforma agrária

▼ POR SAMUEL DALTA - SECOS/TO

A Justiça Federal no Tocantins (JFTO) determinou a desapropriação da Fazenda Santa Helena I e III, situada no município de Bernardo Sayão (TO), para fins de reforma agrária. A sentença que homologou acordo firmado entre os proprietários do imóvel rural e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi proferida pelo juiz federal Marco Fratzezi, titular da Vara Única de Araguaína (TO), no dia 15. Na decisão, ainda ficou definido que os proprietários da fazenda serão indenizados em R\$ 14,5 milhões, correspondentes à área de 5.375 hectares e a benfeitorias no local.

O acordo foi celebrado entre as partes durante audiência de conciliação realizada em maio deste ano. Conforme publicações da imprensa, nos últimos anos a fazenda foi motivo de diversas manifestações por parte de integrantes da Central Única dos Trabalhadores (Cut), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de famílias que viviam acampadas nas proximidades do imóvel rural, em Bernardo Sayão. Todos pediam a desapropriação da área para reforma agrária. Agora, segundo a determinação judicial, o INCRA ficará com a posse do imóvel desapropriando. ■

Processo nº: 0008328-58.2014.4.01.4301



S.O.S. MULHER

É difícil entender o porquê da revolta, expressa principalmente nas redes sociais, com o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano: "A Persistência da Violência contra a Mulher na Sociedade Brasileira". O conflito de gênero sempre esteve presente no País. De geração a geração presenciamos os casos de violência contra a mulher, seja na vizinhança, nas páginas dos jornais ou nas rodas de conversas com amigos. Sempre conhecemos alguém que já vivenciou ou testemunhou esse tipo de agressão.

Será que não já passou da hora de levar essa discussão para os jovens, que são a maioria dos candidatos do Enem? Será que refletir sobre o assunto não é uma forma de mostrar a esses jovens, mulheres e homens, que é inadmissível praticar ou aceitar a violência, seja ela qual for?

As estatísticas revelam que uma mulher é estuprada no Brasil a cada 11 minutos. Só no ano passado foram registrados 47 mil estupros no País. Entretanto, estima-se que esse número seja três vezes maior. Entre 2001 e 2011 ocorreram mais de 50 mil feminicídios (quando a mulher é assassinada simplesmente por ser mulher), a maioria decorrente de violência doméstica. Mais da metade das vítimas não pede ajuda, sofre calada, por medo ou por viver na dependência do agressor. Isso sem contar os casos de assédio no transporte público, nas baladas ou na rua.

A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, surgiu como um instrumento importante, especialmente, no combate à prática da violência doméstica. A Lei alterou o Código Penal e determinou que os agressores passassem a ser presos e aumentou as penas para esse crime. Segundo dados de 2015 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Lei Maria da Penha contribuiu para uma diminuição de cerca de 10% na taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro da residência da vítima, o que ainda é pouco diante das estatísticas alarmantes de violência contra a mulher.

É necessário entender as origens dessa cultura, impregnada de conceitos machistas e patriarcais, que relegou a mulher à condição de cidadã de segunda classe. As mudanças ocorridas a partir da emancipação feminina não foram suficientes para extinguir modelos ultrapassados em que reside a supremacia de um gênero sobre o outro, ainda que seja à força.

A sociedade como um todo, família, escola, organizações, deve travar essa discussão para tentar encontrar uma saída e evitar que gerações futuras reproduzam modelos baseados em preconceitos e comportamentos arcaicos, além de estimular atitudes solidárias entre os gêneros. Ao mesmo tempo, é necessário ampliar e aperfeiçoar os canais e instrumentos de proteção à mulher, como a aplicação rigorosa da legislação e o apoio a instituições e a organismos que prestam atendimento às vítimas da violência.

Iniciativas como a Lei Maria da Penha, movimentos de entidades organizadas como o site www.homenspelofimdavio-lencia.com.br, medidas de proteção à mulher como delegacias especializadas são importantes e devem ser incentivadas, mas só uma mudança de cultura, uma ruptura com ideias e valores obsoletos, será capaz de alterar esse quadro que entristece e envergonha o País. ■

* Técnica Judiciária - Supervisora de Comunicação Social –
Seção Judiciária MA

**Esqueci o crachá na gaveta...
depois eu pego!**



**Segurança não se esquece.
Colabore, use o crachá!**

O uso do crachá permite que você seja facilmente identificado e garante a segurança de todos no local de trabalho.

Uma campanha da Seção de Vigilância e Portaria do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região





JUSTIÇA FEDERAL

Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70070-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregiaoemvista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br